

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARCOS VINÍCIUS ALVES DOS SANTOS

**DIPLOMACIA E GUERRA: RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
DO BRASIL (1939-45)**

Brasília

2019

MARCOS VINÍCIUS ALVES DOS SANTOS

**DIPLOMACIA E GUERRA: RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
DO BRASIL (1939-45)**

“Trabalho de Conclusão de Curso” apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

Brasília – DF, 03 de dezembro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

---

Prof. Me. Pedro Henrique Soares Santos

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder saúde e força para superar as dificuldades e por permitir a realização de mais um sonho. Devo o meu agradecimento à minha família pelo apoio prestado ao longo dessa caminhada. Em especial, agradeço à minha mãe por ser o meu maior exemplo de luta e superação. Este trabalho é fruto do seu esforço e incentivo ao longo do meu desenvolvimento pessoal, escolar e acadêmico.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Francisco Doratioto, por me emprestar o seu talento e experiência acadêmica. Obrigado pelas orientações, correções, dicas, sugestões de leitura e pelo auxílio nas minhas pesquisas de conclusão de curso e de iniciação científica. Ademais, agradeço a todo o corpo docente do Departamento de História pela oportunidade de aprender com professores tão incríveis. Para mim, que sonho em seguir esta carreira tão nobre, pude conseguir nesses quatro anos de graduação a inspiração e a certeza de que estou escolhendo a profissão correta.

Por fim, agradeço à Universidade de Brasília e toda a comunidade acadêmica. Obrigado por proporcionar todos os recursos que necessitei ao longo dessa caminhada.

## RESUMO

Esta monografia tem por objetivo analisar o papel da diplomacia brasileira no período da Segunda Guerra Mundial. Levando em consideração as boas relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha no período pré-guerra, pretende-se discorrer sobre o abandono da política de equidistância pragmática e a consolidação da aliança com os Estados Unidos. Ao longo da pesquisa, alguns elementos serão apresentados como influenciadores das ações diplomáticas, tais como: a opinião pública, o contraste de opiniões do governo e os interesses nacionais e das grandes potências. Os principais acordos da aliança entre Brasil e Estados Unidos e os propósitos do país durante a guerra serão analisados a partir dos conceitos “equidistância pragmática” e “autonomia na dependência”, cunhados por Gerson Moura na obra “Autonomia na dependência”.

**Palavras-chave:** Brasil; Segunda Guerra Mundial; Relações Internacionais; Getúlio Vargas; Gerson Moura.

## **ABSTRACT**

This monograph aims to analyze the role of Brazilian diplomacy in the period of World War II. Taking into account the good diplomatic relations between Brazil and Germany in the pre-war period, it is intended to discuss the abandonment of the policy of pragmatic equidistance and the consolidation of the alliance with the United States. Throughout the research, some elements will be presented as influencing diplomatic actions such as: public opinion, the contrast of government opinions, and national and major powers interests. The main agreements of the alliance between Brazil and the United States and the purposes of the country during the war will be analyzed from the concepts “pragmatic equidistance” and “autonomy in dependence”, coined by Gerson Moura in the work *Autonomy in dependence*.

**Keywords:** Brazil; Second World War; International Relations; Getúlio Vargas; Gerson Moura.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
I - A NEUTRALIDADE BRASILEIRA .....	10
1.1. O Estado Novo e a política externa .....	10
1.2. A opção pela neutralidade .....	13
1.3. As consequências econômicas da guerra.....	16
1.4. A questão da siderúrgica .....	17
1.5. O abalo da “equidistância pragmática” .....	20
II – DO ROMPIMENTO À DECLARAÇÃO DE GUERRA.....	24
2.1. Conferência do Rio de Janeiro.....	24
2.2. Cooperação econômica.....	27
2.3. Cooperação militar .....	30
2.4. Torpedeamento de navios brasileiros .....	31
III - O BRASIL NA GUERRA .....	35
3.1. A declaração de guerra .....	35
3.2. Os planos para o pós-guerra .....	37
3.3. O papel político da F.E.B .....	39
3.4. Crises internas e externas .....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	50

## INTRODUÇÃO

O governo brasileiro esteve atento ao início do conflito mundial em 1939. Apesar das hostilidades se concentrarem na Europa neste momento, Oswaldo Aranha sabia da dificuldade do país em se manter neutro durante o conflito. Dono de vasta área marítima e de um grande território rico em minério de ferro e borracha – elementos essenciais para o esforço de guerra – acreditava-se que cedo ou tarde o Brasil seria impelido a participar do confronto. Em junho de 1939, Vargas reuniu o Conselho de Segurança Nacional para decidir junto aos seus ministros o papel que o país desempenharia diante do novo cenário mundial. Apesar da escolha unânime por neutralidade, os votos dos ministros expuseram a polaridade entre germanófilos e americanófilos.

Na década de 1930, o Brasil também foi palco da disputa econômica e ideológica entre Estados Unidos e Alemanha. No âmbito externo, o Brasil procurava conciliar a sua política externa às ofertas alemãs e estadunidenses. Após a queda da bolsa de Nova York, esses países propunham modelos distintos de economia. Enquanto os Estados Unidos acreditavam na continuidade do livre-comércio, a Alemanha seguia o comércio de compensação, criado como uma alternativa econômica para os países afetados pela grande depressão e que desacreditavam na política liberal. Internamente, as disputas entre o setor agrário e o setor industrial influenciavam na escolha do melhor parceiro comercial, já que a opção por um destes países poderia representar benefício ou prejuízo aos seus interesses. No gabinete de Vargas, também havia o contraste político entre a ala pró Estados Unidos e a ala pró Alemanha.

O presidente Vargas assumiu o papel conciliador nestas duas frentes. Na política externa, adotou a ideia de “equidistância pragmática”, a qual buscava, através da disputa econômica entre Estados Unidos e Alemanha, negociar com as duas partes em prol do benefício econômico do país. Através do Estado de Compromisso, buscou atender as demandas dos diferentes setores econômicos. O Brasil foi bastante beneficiado com a adoção desta política econômica, mas, com a guerra cada vez mais próxima e os principais parceiros comerciais lutando em lados opostos, Vargas teve que escolher um lado. O discurso pela unidade e segurança continental, expressados principalmente nas conferências de Lima, Panamá, Havana e Rio de Janeiro, foi elemento importante para o

estreitamento das relações entre o governo brasileiro e norte-americano. A partir desse contexto, o primeiro objetivo desta monografia é analisar a política exercida pelo Brasil na década de trinta e entender como o país abandonou a sua política de “equidistância pragmática” para consolidar a sua aliança com os Estados Unidos. Pretende-se analisar, ainda, os fatores que influenciaram a escolha de Vargas em lutar ao lado dos aliados, a saber, a opinião pública, as pressões dos diferentes setores econômicos, o contraste de opiniões no gabinete presidencial e as condições diversas que nasceram do próprio período de guerra.

Uma vez que a aliança com os Estados Unidos foi consolidada, o Brasil se viu atuante no conflito global. Em janeiro de 1942, após o ataque japonês a Pearl Harbor, o país rompeu relações diplomáticas com o Eixo. Apesar de declarar guerra à Alemanha e Itália apenas em agosto de 1942, o Brasil coordenava com o governo norte-americano as medidas de proteção do continente, cedendo o território brasileiro para os Estados Unidos e materiais estratégicos para o esforço de guerra dos aliados. O papel ativo do Brasil durante o confronto fez com que o país fosse alvo da ofensiva alemã no Atlântico com o ataque aos nossos navios mercantes. Após vários navios naufragados e a forte pressão da população, Vargas declarou guerra e efetivou a participação do Brasil no conflito.

As concessões dadas pelo Brasil aos Estados Unidos não foram automáticas e fortuitas. Elas foram frutos de negociações diplomáticas entre os dois países, nas quais ambos apresentavam os seus interesses e buscavam receber concessões. Esta pesquisa pretende, portanto, analisar qual o papel desempenhado pela diplomacia brasileira durante a guerra. Pretende-se apresentar os principais acordos entre Brasil e Estados Unidos e analisar a postura do país em negociação com uma grande potência, com a qual, apesar da dependência de um em relação ao outro, foram apresentados, respeitados e atendidos os interesses e as demandas nacionais.

Ao longo do período pré-guerra, com a chamada “política de equidistância pragmática”, o Brasil buscou conciliar os seus interesses com as condições promovidas pelo conflito mundial. A disputa econômica entre Estados Unidos e Alemanha deu ao país grande poder de barganha e a aliança firmada com o governo americano rendeu a tão sonhada usina de Volta Redonda e o reequipamento das forças armadas. Com a declaração de guerra, o país se organizou para uma atuação mais efetiva no confronto e



buscou ampliar os benefícios proporcionados pelo conflito. Com a participação efetiva e a criação de uma força expedicionária, buscou-se alcançar o status de potência mundial por meio das conversações de paz. Esta pesquisa pretende, por fim, fazer um balanço da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e analisar se os propósitos políticos do país foram alcançados. Esta análise será feita a partir do conceito “autonomia na dependência” cunhado por Gerson Moura.

## I - A NEUTRALIDADE BRASILEIRA

### 1.1. O Estado Novo e a política externa

Após a quebra da bolsa de Nova York em 1929, vários países passaram a contestar o modelo liberal de economia. Na década de 1930, com a emergência de regimes autoritários em toda a Europa, a política democrática também foi posta em xeque. Regimes autoritários, antiparlamentares, ultranacionalistas e militares contrastavam a ideologia de democracia liberal. Os Estados Unidos, que adquiriram após a Primeira Guerra Mundial grande poder econômico e social, viram surgir nesse cenário outra potência capaz de ameaçar os seus interesses. A Alemanha propunha um modelo econômico que permitia a intervenção estatal na economia, como um modo de proteger o capital do país. O descrédito no livre mercado colaborou para o surgimento de um novo modo de exercer a política exterior. O comércio de compensação surgiu como a melhor opção para os países afetados pela grande depressão, que abriram mão do livre comércio para aprimorarem os acordos bilaterais de trocas de mercadorias.

O governo de Getúlio Vargas se iniciou nesse cenário. O Brasil era palco na década de 1930 de grandes transformações econômicas e sociais. O setor agrário tinha preferência pelo livre comércio com os Estados Unidos, uma vez que ele era o seu maior cliente. Os defensores da indústria, por outro lado, tinham uma afinidade com a ideologia econômica alemã. Eles acreditavam na indústria como principal meio de desenvolver o país, mas a industrialização de uma nação "agrícola" só poderia acontecer sob o papel protetor do Estado, por meio do protecionismo e intervencionismo econômico<sup>1</sup>. Mais do que isso, “o comércio compensado afigurava-se uma política interessante aos industriais brasileiros, pois permitia um controle do mercado interno de modo que não fosse inundado por mercadorias concorrentes de procedência alemã<sup>2</sup>”. Nos diversos setores das elites econômicas, havia discordância quanto à melhor maneira de se exercer a política externa do país.

Neste embate de opiniões, o “Estado de Compromisso” conduzido pelo governo

---

<sup>1</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.88.

<sup>2</sup> WIRTH, Jhon D. *A política do desenvolvimento na era de Vargas*, Rio de Janeiro: FGV, 1973. Apud CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UNB, 2002, p. 255

buscou conciliar as posições antagônicas dos setores econômicos do país. Paralelamente, no âmbito externo, o Brasil buscava tirar o melhor proveito possível das relações econômicas com a Alemanha e com os Estados Unidos. Em 1935 foi assinado um acordo de reciprocidade entre os governos brasileiro e norte-americano. Nele, o Brasil reduziria as tarifas para os produtos americanos, dando melhores condições de concorrência com os seus equivalentes europeus e desestimulando a indústria nacional. Por outro lado, os Estados Unidos apenas se comprometiam a manter livre de direitos a entrada dos principais produtos brasileiros para o país<sup>3</sup>. Apesar da desigualdade desse acordo, Oswaldo Aranha apostava na necessidade do negócio. “O Brasil pouco tinha a pedir e pouco a oferecer” dizia ele, já que no comércio entre os dois países, cerca de 97,5% das exportações entravam livremente nos Estados Unidos<sup>4</sup>.

A decisão pela aprovação desse acordo não foi rápida, pois havia uma empreitada econômica alemã na América Latina ganhando força nesse período. A Alemanha buscava conseguir do Brasil acordos formais dentro do comércio de compensação. Esse negócio simultâneo entre brasileiros, alemães e norte-americanos gerou desconforto ao governo de Vargas que temia ter que escolher apenas um deles para negociar. Nessa ocasião “a alternativa mais conveniente parecia ser a assinatura do tratado livre-cambista com os Estados Unidos sem abdicar explicitamente do comércio compensado com a Alemanha”<sup>5</sup>. Isso porque o Brasil poderia lucrar com a venda de produtos para os Estados Unidos e não sofreria com a interrupção abrupta do comércio compensado com a Alemanha. No fim das contas, passando pelo confronto de interesses do Congresso, o governo brasileiro fechou os dois acordos. Em números, é possível notar como o pacto de compensação beneficiou o comércio entre Brasil e Alemanha. Moniz Bandeira apresenta esses dados na obra *Presença dos Estados Unidos no Brasil - dois séculos de história*:

O Brasil, em 1934, importava 23,67% dos Estados Unidos,

---

<sup>3</sup> Memorandum de 11.8.1933. Wilson, Chefe da Divisão da América Latina do Departamento de Estado, e nota de 19.8.1933, Dep. De Estado a Lima e Silva, p. 16 e 17. Apud BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1973, p.241.

<sup>4</sup> Carta de 30.10.1934, Aranha a José Carlos de Macedo Soares, Min. Das Relações Exteriores, Wash., Ministério das Relações Exteriores, Assuntos políticos e comerciais – Acordo comercial, AOA. Apud BANDEIRA, 1973, op. cit., p.242.

<sup>5</sup> MOURA, 1980, p.76

17,14% da Inglaterra e 14% da Alemanha. Depois do acordo com a Alemanha, dos marcos compensados, a situação mudou. O Brasil importou, em 1938, 25% da Alemanha, 24,2% dos Estados Unidos, 11,8% da Argentina e 10,4% da Inglaterra<sup>6</sup>.

Apesar da defesa do livre comércio, o governo dos Estados Unidos foi tolerante com os negócios entre brasileiros e alemães. Na visita do subsecretário de Estado americano Sumner Welles ao Brasil, em dezembro de 1936, o assunto foi posto em pauta, porém não houve qualquer pressão ou represália do governo americano sobre o comércio exterior brasileiro com a Alemanha. O assunto ressurgiu na viagem de Sousa e Costa, ministro das relações exteriores, aos Estados Unidos, no mesmo ano. Nela, o Brasil saiu mais uma vez vitorioso. O representante brasileiro conseguiu convencer os diplomatas norte-americanos da necessidade do acordo de comércio compensado entre Brasil e Alemanha<sup>7</sup>. Tendo o aval do governo americano para esse negócio, o Brasil pôde dar continuidade à sua política de “equidistância pragmática”<sup>8</sup>.

A América Latina não era palco somente das disputas econômicas entre Estados Unidos e Alemanha. A década de 30 também marcou a disputa de influência entre a ideologia nazifascista e os ideais democráticos liberais. Os Estados Unidos se davam melhor nesse confronto, pois, desde o início do governo Roosevelt, exercitavam a “política da boa vizinhança”, destinada justamente a abafar a influência europeia nos países latino-americanos. Essa política tinha como objetivo efetivar a posição dos Estados Unidos à frente das demais nações americanas.

No Brasil, a influência nazista era grande no círculo político. A Ação Integralista Brasileira (AIB), criada em 1932 por Plínio Salgado, era o partido brasileiro que carregava a ideologia fascista. Nas comunidades de descendência alemã, principalmente no sul do país, também eram conhecidos os simpatizantes do governo alemão. O crescente engajamento político da população sulista a favor do Eixo levou, inclusive, o governo brasileiro a declarar Karl Ritter, embaixador alemão no Rio de Janeiro, *persona non grata* devido a sua impetuosa atividade partidária na região<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Waldyr Niemeyer – *O Brasil e seu mercado interno* – Apêndice: Brasil: EUA. p. 142. Apud BANDEIRA, 1973, op. cit., 249.

<sup>7</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.92-95.

<sup>8</sup> Termo cunhado por Gerson Moura no clássico “Autonomia na dependência”.

<sup>9</sup> MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1945: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de

Nesta disputa de influência, Getúlio Vargas buscou ao máximo se beneficiar das relações com os Estados Unidos e a Alemanha. Este cenário dava ao Brasil grande poder de barganha e o presidente aproveitava estas condições para apresentar os interesses nacionais aos dois países. Em visita ao Rio de Janeiro em 1936, Vargas apresentou ao presidente Roosevelt duas das maiores demandas do país no momento: o reequipamento das forças armadas e a criação de uma usina siderúrgica<sup>10</sup>. A demanda militar cresceu em 1937 quando o confronto na Europa estava cada vez mais iminente. Com o início do conflito em 1939, apesar do embate entre as democracias e os regimes totalitários, o Brasil buscou, a todo custo, manter a sua política de “equidistância pragmática”.

## **1.2. A opção pela neutralidade**

O avanço nazista na Europa em 1939 foi acompanhado atentamente pelo governo brasileiro, que urgiu em reunir o Conselho Nacional de Segurança em junho de 1939. Dentre os presentes, estavam Oswaldo Aranha, nesse momento Ministro das Relações Exteriores, Souza Costa, Ministro da Fazenda, Eurico Dutra, Ministro da Guerra, além de outros ministros e chefes militares. Na ocasião, Vargas caracterizou como “sombria” a situação no continente europeu. Ele expôs para os presentes as necessidades do país nesse novo momento, as quais deveriam ser atendidas antes do advento do estado de guerra. A escolha pela neutralidade foi unânime, pois entendia-se que era benéfico para o país manter os ganhos resultantes do comércio com os Estados Unidos e a Alemanha. A opção por um destes países colocaria por terra o acordo comercial assinado com o outro, em prejuízo à economia brasileira.

A confirmação do conflito na Europa tornou necessária uma definição sobre a compra de armamentos. O Brasil estava em plena negociação com a Alemanha e esperava receber as encomendas de materiais bélicos já feitas. Mesmo com a urgência desses artigos, os membros do Conselho ainda discutiam se deveriam continuar a fazer negócios com os países da Europa devido à guerra. O presidente Vargas considerou na reunião finalizar as transações com os países europeus. Eurico Gaspar Dutra manifestou

---

Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012, p.38.

<sup>10</sup> BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1973, p.254.

que fossem mantidas as encomendas feitas à Alemanha e o Ministro da Marinha defendeu o comércio com os ingleses. O chefe interino do Estado-Maior, Francisco José Pinto, por outro lado, declarou que os Estados Unidos poderiam e deveriam fornecer o material. Apresentadas todas as opiniões, foi decidida a permanência dos negócios com os países europeus<sup>11</sup>.

Em 29 de junho de 1939, Oswaldo Aranha apresentou a Vargas propostas de regras de neutralidade. Ele acreditava na dificuldade do país em se manter neutro diante de uma guerra generalizada, então propôs algumas providências como: arregimentação da opinião pública, a economia de combustíveis e trigo, regularização dos débitos internacionais, estocagem de produtos indispensáveis e a proibição de exportação de ferro<sup>12</sup>. No dia 2 de setembro o governo brasileiro tornou público o Decreto-lei nº 1.561 que apresentava as regras de neutralidade do Estado. Dentre outras coisas, o governo declarou que se absteria de qualquer ato que, direta ou indiretamente, facilitasse, auxiliasse ou hostilizasse a ação dos beligerantes.

A defesa do território marítimo era de extrema importância nesse novo contexto. O decreto proibiu a passagem por águas territoriais brasileiras de navios de guerras e presas dos beligerantes<sup>13</sup>. Porém, isso não livrou os navios mercantes brasileiros dos perigos de se navegar pelo Atlântico, já que, sem tecnologia, viraram alvos fáceis no mar. Segundo Hélio Silva, dentre os vários problemas que a Marinha de Guerra enfrentava, estavam os efetivos e unidades insuficientes e a baixa capacidade combativa. Navegavam sem proteção, pois, devido à tecnologia precária, não tinha velocidade para acompanhar os comboios<sup>14</sup>. O reequipamento das forças armadas se tornou cada vez mais necessário e, com a Alemanha envolvida na guerra e as encomendas brasileiras nesse país em perigo, era necessária uma definição sobre essa questão.

Após a publicação do decreto de neutralidade, realizou-se no Panamá, entre os dias 23 de setembro e 3 de outubro de 1939, a I Reunião de Consulta dos Ministros das

---

<sup>11</sup> Ata da reunião do Conselho de Segurança Nacional. O documento está disponível no site do CPDOC/GV através do link: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/ata-da-reuniao-do-conselho-de-seguranca-nacional-sobre-as-medidas-a-serem-tomadas-pelo-brasil-com-vistas-a-guerra-rio-de-janeiro>> último acesso em 08/11/2019.

<sup>12</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UNB, 2002, p. 249.

<sup>13</sup> Decreto-lei nº 1.561. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html>> Último acesso em 08/11/2019.

<sup>14</sup> Silva, Hélio. *1942: Guerra no Continente*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972, p.41.

Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Nesta reunião, os países do continente se comprometeram em manter neutralidade diante do confronto, inclusive das águas territoriais americanas. Este sistema de conferências entre os representantes exteriores das repúblicas da América foi desenhado na Conferência de Lima em 1938 e tinha um valor importante para os Estados Unidos. Segundo Gerson Moura, a necessidade desse tipo de reuniões e a união militar dos países americanos faziam parte do projeto da “política da boa vizinhança” do país. Com o apoio das demais nações americanas em situações de ameaça de países estrangeiros, o país consolidava uma hegemonia militar no continente<sup>15</sup>.

Apesar da decisão conjunta, os países que participaram desta reunião deveriam, de forma particular, obedecendo a sua soberania, publicar os seus respectivos decretos com suas regras de neutralidade. Com esta manifestação pública, esta reunião interamericana teve por objetivo fazer com que os seus direitos e posições de neutralidade fossem respeitados pelas nações envolvidas na guerra. Dentre outras coisas, os países se comprometiam a: evitar que o território dos países americanos, sejam eles marítimo, aéreo ou terrestre, fosse utilizado como base de operações bélicas; fazer valer as legislações dos países, de modo a evitar qualquer atividade interna que prejudicasse a opção pela neutralidade; e não permitir que, nos seus respectivos territórios, pessoas se alistassem para servir as forças armadas dos países beligerantes.

A delegação do Brasil, o qual tem o maior território marítimo da América do Sul, fez uma declaração apoiando a defesa do Mar Continental. Carlos Martins Pereira e Souza, representante de Oswaldo Aranha, e outras 6 pessoas representaram o Brasil nesta conferência. Para os representantes brasileiros, a proteção das terras americanas só seria possível com a segurança de seus mares. Manifestou a opinião de que a Reunião do Panamá deveria pedir e receber das nações beligerantes palavras de segurança, declarando que eles se absteriam de qualquer ato ou atitude bélica no mar, dentro dos limites do território americano<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1945: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012. p.116.

<sup>16</sup> Ata final da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. OEA. Disponível em: <<https://www.oas.org/consejo/sp/RC/RCactas.asp>> Último acesso no dia 08/11/2019.

### 1.3. As consequências econômicas da guerra

A deflagração da guerra na Europa foi um golpe para a economia exportadora brasileira. O Jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, noticiou algumas medidas do governo para proteger a economia. Segundo o jornal, declarado o estado beligerante, foi decretado feriado nos dias 01, 02 e 04 de setembro para examinar os impactos da guerra na economia do país. Souza Costa permitiu a concessão de seguros contra risco de guerra para os trabalhadores responsáveis pelo embarque de café no território brasileiro e o Banco do Brasil esteve disponível para financiar os títulos e "warrants" de café<sup>17</sup>. O Jornal do Brasil, também do Rio de Janeiro, apresentou alguns obstáculos a serem enfrentados pela população. O setor agrário deveria se preparar para a limitação de seus mercados e o setor industrial, abastecido com materiais estrangeiros, iria se defrontar com produtos cada vez mais caros devido ao aumento no frete e das taxas de seguro. Para este jornal, os Estados Unidos poderiam fornecer boa parte das matérias primas que antes eram adquiridas na Europa, porém a navegação pelo Atlântico traria riscos, gerando como consequência um gasto maior no transporte das mercadorias<sup>18</sup>.

A dificuldade no comércio com os países europeus, principalmente com a Alemanha gerou uma queda no número de exportações. O país perdeu toda a influência que conquistara no mercado brasileiro entre 1936 e 1938. Por outro lado, o comércio entre Brasil e Estados Unidos aumentou significativamente. Os produtos americanos passaram então a constituir 33,5% das exportações em 1939, 51,8% em 1940 e 60,3% em 1941<sup>19</sup>. Essa queda nos negócios entre brasileiros e alemães se deu principalmente pelo bloqueio britânico. Este fato é melhor observado quando em 1940 o navio "Siqueira Campos" foi aprisionado pelos ingleses quando carregava materiais bélicos comprados pelo Brasil da Alemanha. A embarcação só pôde sair com a intercessão de Roosevelt que convenceu os ingleses que o navio seguisse viagem. Posteriormente, ainda houve uma inspeção dos navios a vapor "Buarque" e o "Itapé". Em outra ocasião,

---

<sup>17</sup> Jornal Correio da Manhã (RJ). 5.9.1939, p.2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=>](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=>)> Último acesso em 08/11/2019.

<sup>18</sup> Jornal do Brasil (RJ). 5.9.1939, p. 5: Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_05&pasta=ano%20193&pesq=>](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=>)> Último acesso em 08/11/2019.

<sup>19</sup> Waldyr Niemeyer, op. cit., p.142 Apud BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1973, p. 249.



o navio a vapor "Bagé", também carregado de materiais bélicos da Alemanha, teve de permanecer em Portugal até que o governo brasileiro chegasse a um acordo com o Reino Unido<sup>20</sup>.

Apesar da queda da influência alemã na economia brasileira, Gerson Moura nos lembra da vitoriosa campanha militar alemã nos dois primeiros anos da Segunda Guerra Mundial. O avanço alemão foi determinante para o aumento da simpatia nazista na América Latina<sup>21</sup>. No corpo político brasileiro, personagens como Eurico Gaspar Dutra, Góes Monteiro e Gustavo Capanema eram simpáticos aos regimes totalitários. Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, representava o Brasil nos Estados Unidos desde 1934 e era um claro defensor do pan-americanismo e do estreitamento das relações entre os dois países. Quando chegou ao Brasil em 1938 para virar ministro, tornou-se símbolo de oposição às correntes nazifascistas do gabinete de Vargas. Ao aceitar o convite para chefiar o Itamaraty, Aranha buscava equilibrar as tendências opostas às suas convicções e legitimar a orientação da política exterior do Brasil liderada por ele desde quando era embaixador<sup>22</sup>.

O início da Segunda Guerra Mundial estreitou as relações entre Brasil e Estados Unidos. O papel desempenhado por Oswaldo Aranha à frente do Ministério das Relações Exteriores também era muito valorizado, mesmo assim, o cenário político brasileiro neste período ainda era marcado pelo confronto entre americanófilos e germanófilos. À parte deste contraste de ideias, Getúlio Vargas buscou dar prosseguimento à sua política de equidistância pragmática a fim de conseguir as duas maiores demandas do país no momento: a criação da usina siderúrgica e o reequipamento das forças armadas.

#### **1.4. A questão da siderúrgica**

A construção de uma usina siderúrgica era prioridade no governo Vargas desde a sua fundação em 1930. Com a economia seguindo os caminhos da industrialização, tornou-se cada vez mais necessária a criação de uma siderúrgica nacional, já que o

---

<sup>20</sup> MOURA, 2012, op. cit., p.71.

<sup>21</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 143.

<sup>22</sup> Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950) / José Vicente de Sá Pimentel (organizador). – Brasília: FUNAG, 2013. Volume 3, p. 678.

Brasil ainda importava produtos aço, apesar de ser grande exportador de minérios. Com o estabelecimento do Estado Novo em 1937, este projeto se tornou cada vez mais essencial devido à demanda militar de reaparelhamento das forças armadas e a necessidade de realização de obras públicas. A grandeza desse projeto acarretou na impossibilidade de o Brasil empreender sozinho na realização dessa grande obra, já que o capital do país e a capacidade produtiva eram insuficientes.

Em abril de 1938, Vargas declarou haver três opções para o estabelecimento da grande siderurgia no Brasil: uma empresa financiada pelo Estado, através da captação de capitais estrangeiros ou através de financiamento com base no minério exportado; uma empresa mista brasileira, reunindo capitais privados e estatais; ou uma empresa privada com participação estrangeira, mas sob controle e supervisão estatais<sup>23</sup>

Este projeto era de grande interesse nacional e Getúlio Vargas não media esforços para tratar do assunto tanto com o governo dos Estados Unidos quanto com o governo alemão. Em 1939, em meio a um grande atrito com o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, Karl Ritter voltou de uma viagem de Nuremberg para se encontrar com o presidente Vargas. O embaixador alemão trazia propostas da empresa *Krupp* para a criação de uma usina siderúrgica no Brasil. Aranha se opunha a essa ideia, pois acreditava na aproximação com os Estados Unidos e temia que os setores nazifascistas do governo se fortalecessem se a empresa alemã ajudasse na realização desse projeto<sup>24</sup>.

No mesmo ano, o major Edmundo Macedo Soares e Silva realizou viagens aos Estados Unidos e à Europa para tratar da possibilidade de exportação de minério de ferro brasileiro para essas regiões. Os contatos surtiram efeito no início de 1940 quando a empresa *U. S. Steel* se comprometeu a mandar uma comissão ao Brasil para avaliar a possibilidade da criação de uma usina siderúrgica no país. Em princípio, a ideia que permeava o projeto era a de uma administração mista, com capitais privados e do Estado. O resultado dessa comissão não foi satisfatório para o Brasil. Na proposta, a Usina Siderúrgica seria controlada pela *U.S Steel* e ela teria a maior parte das ações.

---

<sup>23</sup> FONTES, Ângela Maria Mesquita Fontes; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina? Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.- dez. 2006, p.243.

<sup>24</sup> BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1973, p.266.

Isso não agradou os setores nacionalistas do governo que não aceitaram a ideia de uma indústria vital para o país ser controlada por um país estrangeiro<sup>25</sup>.

A decisão americana foi um choque para Vargas. A construção de uma usina siderúrgica era vital para o desenvolvimento do país. As relações econômicas com os Estados Unidos estreitaram no início da década de 1930, mas o governo brasileiro pretendia realizar o projeto da siderúrgica mesmo sem a colaboração do governo americano. Nas comemorações pelo 75º aniversário da Batalha do Riachuelo, a bordo do encouraçado "Minas Gerais", o presidente fez um discurso que preocupou os americanos. Apesar de afirmar que o continente americano estava unido por vínculos de estreita solidariedade, o presidente faz duras indiretas aos Estados Unidos. Referia-se à política de livre-comércio quando citou os “velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio”. Posteriormente fez elogios à organização dos regimes autoritários:

Em vez desse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos bens da Terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem<sup>26</sup>.

À essa altura, o governo americano já tinha conhecimento das conversas entre Vargas e a *Krupp*. O discurso do presidente atingiu em cheio o país que, desde a década de 1930, buscava a hegemonia na América Latina através da influência. Nesse sentido, era contraditória a posição dos Estados Unidos frente à demanda brasileira. Desde que começara a guerra na Europa, os norte-americanos buscavam a cooperação econômica e militar entre os dois países. A imprensa americana se alvoroçou com a notícia de que a *Krupp* se interessava pelo plano siderúrgico brasileiro e o governo americano não podia desprezar as condições do Brasil devido a guerra na Europa<sup>27</sup>. Roosevelt sabia que a influência nazista no Brasil poderia aumentar consideravelmente se o país permitisse que a empresa alemã construísse a usina siderúrgica no país. Por isso, trabalhou para

---

<sup>25</sup> FONTES e LAMARÃO, 2006, op. cit., p., 244.

<sup>26</sup> No limar de uma nova era - discurso pronunciado a bordo do encouraçado Minas Gerais, capitânia da esquadra nacional. 11.6.1940. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/21.pdf/view>> Último acesso no dia 08/11/2019.

<sup>27</sup> Carta de 1.3.1940. Martins a Vargas, Wash., doc. 44. Apud BANDEIRA, 1973, op. cit., p.268-269.

que a demanda brasileira fosse atendida.

Em 6 de julho, o Embaixador Carlos Martins informou que o Governo americano agora estava interessado em negociar, o quanto antes, a questão da siderurgia. E as conversações prosseguiram, até que, em agosto de 1940, o Governo dos Estados Unidos assegurou um crédito de 20 milhões de dólares para a instalação da siderúrgica por uma empresa do Estado Brasileiro<sup>28</sup>.

Finalmente o Brasil conseguiu uma definição sobre a construção da usina siderúrgica. Por outro lado, o país ainda precisava da certeza de que os Estados Unidos se comprometeriam com o reequipamento das forças armadas. Nos anos de 1940 e 1941, embalados pelo estreitamento econômico e pressionados pelo conflito mundial, os dois países buscaram efetivar por meios militares e econômicos a cooperação necessária para a defesa do continente.

### **1.5. O abalo da “equidistância pragmática”**

Na reunião do Conselho de Segurança Nacional, em junho de 1939, o ministro Oswaldo Aranha já comentava sobre a inevitabilidade de o Brasil estar envolvido no conflito mundial caso as hostilidades progredissem. A neutralidade era o que mais interessava ao país no momento, porém, com o bloqueio britânico, o comércio entre Brasil e Alemanha diminuiu e dificultou o prosseguimento da política de “equidistância pragmática” seguida por Vargas. Por outro lado, os Estados Unidos aproveitavam o enfraquecimento da influência econômica alemã no Brasil e passaram a intensificar o combate à influência ideológica nazista.

Em agosto de 1940 o governo americano criou a chamada *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), sob a chefia de Nelson Rockefeller. Esta agência de coordenação dos negócios interamericanos tinha por objetivo fomentar entre os países americanos o espírito de solidariedade e de cooperação hemisférica. Para bem da verdade, a OCIAA foi uma tentativa norte-americana de neutralizar a influência ideológica nazista através da cultura. Esta entidade

---

<sup>28</sup> Telegrama de 27.8.1940, Martins a Vargas, Wash., cifrado, doc. 32, vol. 34. Apud BANDEIRA, 1973, p.272

fez parte do grande projeto da chamada “política da boa vizinhança” iniciada nos anos 1930, e que buscava legitimar a posição dos Estados Unidos como nação líder da América. A OCIAA era uma suposta solução para a crescente influência ideológica na América, sendo, portanto, criada como parte do programa de defesa nacional dos Estados Unidos e subordinado ao Conselho de Defesa Nacional<sup>29</sup>.

Essa repartição do governo americano atuava por diversos meios culturais como o rádio, cinema, música, arte e etc. Nessas diversas áreas, a OCIAA atuava de modo a popularizar os Estados Unidos e o “*american way of life*”. Na área da comunicação e informação, eram vinculadas várias notícias favoráveis aos Estados Unidos. Na rádio, a OCIAA apresentava programas transmitidos diretos da América do Norte ou por estações locais. Na área cinematográfica, a divulgação dos ideais norte-americanos foi ainda mais marcante. Filmes de ficção e documentários eram utilizados como difusores culturais e ideológicos. O personagem Zé Carioca era o símbolo da amizade entre o Brasil e os Estados Unidos. Neste contexto, Carmem Miranda tornou-se o símbolo brasileiro nos Estados Unidos por divulgar os costumes brasileiros através da música<sup>30</sup>. Segundo Gerson Moura, em 6 anos a OCIAA gastou em torno de 140 milhões de dólares. Chegou a empregar 1100 pessoas em suas operações nos Estados Unidos e 330 cidadãos estadunidenses, além de milhares de latino-americanos no exterior. Fora os comitês voluntários de cidadãos estadunidenses em mais de vinte países da América<sup>31</sup>. Os esforços norte-americanos pela construção de uma aproximação cultural entre Brasil e Estados Unidos, explicitam a busca do governo americano pela hegemonia no continente. A OCIAA não era apenas um órgão que buscava a aproximação cultural dos dois países, mas um elemento estratégico para a consolidação da aliança entre esses governos e a garantia de apoio político aos Estados Unidos.

Passado um ano do início da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos não podiam se dedicar apenas a combater a influência ideológica nazista na América. A campanha militar alemã se mostrava vitoriosa na Europa e com penetração em território africano, o alarme para um possível ataque ao continente americano já soava. Em maio

---

<sup>29</sup> MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1945: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012. p. 60-62.

<sup>30</sup> Resenha do livro Tio Sam chega ao Brasil no site do CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/TioSam>> Último acesso em 08/11/2019.

<sup>31</sup> MOURA, 2012, op. cit., p.61.

de 1940 as forças alemãs invadiram a Holanda e a França. Diante dessa nova expansão da Alemanha, o governo americano urgiu em reunir a II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em Havana no dia 30 de julho de 1940. Neste encontro ficou estabelecido que os países americanos não deveriam reconhecer qualquer tentativa de transferir qualquer região geográfica do continente de uma potência não americana para outra. A preocupação era compreensível. A Guiana Francesa e o Suriname poderiam ser utilizadas para alojar as forças nazistas caso quisessem se deslocar para a América.

Outra possibilidade seria a invasão do nordeste brasileiro. Em junho de 1940 as tropas alemãs avançaram até o norte da África. Para os círculos militares norte-americanos, devido à proximidade entre a costa do continente africano e o território brasileiro, estava claro que o próximo movimento nazista seria avançar para a América pelo nordeste do Brasil. Os Estados Unidos ampliaram então os estudos para a defesa do continente. Tentaram por inúmeras vezes a autorização do governo brasileiro para instalar bases militares na região nordeste. O Brasil, por outro lado, fazendo valer a sua soberania, resistia às solicitações norte-americanas e reivindicava os equipamentos e empréstimos dos Estados Unidos para que ele mesmo pudesse proteger o seu território. Segundo Moniz Bandeira, as autoridades militares até cogitaram invadir e tomar à força essa região. O Estado-Maior do exército brasileiro estudou possibilidade de mobilizar as tropas do Sul para proteger o norte e nordeste do país. Roosevelt ignorou a ideia de seu corpo militar e buscou conseguir pacificamente essas áreas atendendo as demandas brasileiras<sup>32</sup>.

O Governo dos Estados Unidos manifestou-se disposto a abrir-lhe um crédito de 100 milhões de dólares (80 para o Exército e 20, para a Marinha), destinado à compra de material bélico. O *Export and Import Bank* concedeu, imediatamente, 12 milhões de dólares ao Exército brasileiro, para a aquisição de armamentos, e 1 milhão à fábrica de motores, a juros de 4% e prazo de cinco anos para as amortizações<sup>33</sup>.

A solução para a desconfiança do governo brasileiro e a impaciência do corpo

---

<sup>32</sup> BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1973, p.278.

<sup>33</sup> Idem.

militar dos Estados Unidos só aconteceram em 24 de julho de 1941 quando Dutra, Ministro da Guerra, e Miller, Chefe da Missão Militar Americana, assinaram o acordo para a criação do *Brazilian-American Joint Group of Staff Officers*. Com ele, os americanos conseguiram do Brasil a promessa de autorizar a utilização de bases aéreas e navais. No mês de outubro, outro acordo foi assinado. Nos termos do *lend and lease*, o Brasil conseguia empréstimos e arrendamentos de materiais bélicos. Porém, internamente, a ala germanófila do governo resistia ao empenho norte-americano de aproximação com o Brasil. À esta altura, os militares ainda não tinham utilizado os 12 milhões de dólares concedidos pelo *Export and Import Bank* por acharem o valor insuficiente. A lista de armamentos que os Estados Unidos deveriam fornecer também não havia sido enviada. Os norte-americanos ainda se queixavam da atitude de Góes Monteiro em negar aos Estados Unidos a possibilidade de mapear o Nordeste brasileiro<sup>34</sup>.

Apesar destes últimos desentendimentos, o Brasil, aos poucos, consolidava a sua aliança com os Estados Unidos e cada vez mais se afastava da Alemanha. Depois de tanto insistir na neutralidade, Getúlio Vargas teve que escolher um lado. O contrato com a *Krupp* foi rompido e o país suprimiu as empresas *LATI* (italiana) e *CONDOR* (alemã) de transporte aéreo por suspeitas de espionagem. Em seu lugar ficou a *Pan American Air Lines*, que deveria estabelecer a comunicação entre o Brasil e a Europa com dois *Boeing 314* providenciado pelos Estados Unidos. O governo americano providenciou ainda a compra de sete aviões *Lockheed Lodstar* para substituir os aparelhos, nas linhas onde a Condor operava<sup>35</sup>. A atitude do governo brasileiro efetivou a aliança com os Estados Unidos e a política de “equidistância pragmática” já não podia ser levada adiante. Com o ataque a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941 o governo americano consegue a permissão do Congresso para entrar na Segunda Guerra. Devido à importância logística do Nordeste brasileiro e a já consolidada aliança entre brasileiros e americanos, o Brasil também atestava a sua entrada no confronto.

---

<sup>34</sup> Ibid, p. 280-281.

<sup>35</sup> Nota da Embaixada Americana, sem data, doc. 60, vol. 36, AGV. Despacho de 30.7.1940, Sumner Welles a Caffery, Foreign Relations, 1940, vol. V, p. 658 A 660, Apud BANDEIRA, 1973, op. cit., p.282

## II – DO ROMPIMENTO À DECLARAÇÃO DE GUERRA

### 2.1. Conferência do Rio de Janeiro

Após o ataque a Pearl Harbor, os Estados Unidos convocaram a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942. Após a declaração conjunta de neutralidade, firmada na Conferência do Panamá, e a cooperação continental em caso de ataque a algum Estado americano, adotada na Conferência de Havana, essa reunião teve como objetivo principal tratar do rompimento das relações diplomáticas dos países americanos e os do Eixo. Os Estados Unidos vieram ao Brasil com a missão de fazer valer a unidade continental firmada nos encontros anteriores. Já envolvidos na guerra, era necessário extinguir qualquer resquício de influência política nazista na América que pudesse ameaçar ainda mais o continente, por isso, a unanimidade dos governos americanos na ruptura das relações com o Eixo era o único fator que importava ao país.

A Argentina era desafio para os objetivos do governo norte-americano. A ala militar nacionalista do país queria manter a neutralidade no conflito mundial. Durante toda a conferência, o governo argentino se mostrou contrário à pressão norte-americana pela ruptura nas relações, argumentando que se devia considerar a realidade específica de cada país. Num primeiro momento, os argentinos chegaram a questionar o sentido da reunião, já que algumas nações latino-americanas já haviam declarado guerra aos países nazifascistas sem respeitar o princípio da “consulta prévia”, firmado na Declaração de Lima de 1938<sup>36</sup>. O Chile também era contrário à decisão conjunta de rompimento de relações, mas, no seu caso, havia um receio de que a ruptura fosse interpretada pelas nações do Eixo como um estado de guerra. Após o ataque japonês a Pearl Harbor, os representantes do país temiam uma aproximação japonesa também na costa chilena pelo Pacífico. A recusa destes dois países em aceitar a medida imperativa americana de ruptura de relações fizeram os Estados Unidos mudar de estratégia. Ao invés de trabalhar com a ideia de uma ruptura unânime das nações americanas, eles optaram

---

<sup>36</sup> Subsecretário para o embaixador dos EUA em Buenos Aires, FRUS, 1942, V, p. 24. In: MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1945: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de Leticia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012. p.82.



apenas por uma recomendação de rompimento de relações.

Para cumprir com a missão de promover a ruptura diplomática dos países americanos com o Eixo de maneira unânime e imediata, os Estados Unidos enviaram Sumner Welles ao Brasil para negociar com os governantes das nações americanas e estavam dispostos a pagar o preço necessário, fosse através de auxílio econômico ou proteção militar, naval e aérea<sup>37</sup>. Enquanto transcorria a conferência, “diversos acordos sobre auxílio econômico e financeiro, fornecimento de armamentos e assistência militar foram fechados entre EUA e Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Honduras, Nicarágua e Uruguai<sup>38</sup>”. Através desses acordos, o governo americano também conseguiu o apoio político e material que precisava. Mesmo assim, segundo Gerson Moura, essa não era uma relação de vantagem mútua, já que “o processo decisório se caracterizou por múltiplas assimetrias e dificilmente poderia beneficiar os países latino-americanos tanto quanto sugerido<sup>39</sup>”. E ainda, citando M. J. Francis:

Apesar da profusão de pronunciamentos sobre as glórias do Pan-Americanismo na reunião, não é difícil interpretar este encontro em termos de uma simples política de poder. A potência dominante queria preparar um esforço coordenado e se dispunha a pagar por isto com assistência econômica e militar. A maior parte dos estados tinha a lucrar de alguma maneira com a coordenação ou eram fracos demais para se opor às vontades de Washington (ou as duas coisas)<sup>40</sup>.

Apesar do contraste de opiniões que ainda estava presente no gabinete de Vargas, a posição brasileira durante a Conferência do Rio de Janeiro foi a de reafirmar a cooperação continental e exaltar os ideais do pan-americanismo. No discurso de abertura da conferência, Vargas assegurou o compromisso do Brasil com a cooperação continental. Declarou que não mediria sacrifícios para a defesa coletiva e faria o que as circunstâncias reclamassem. Além disso, reiterou a importância de uma distribuição equitativa de tarefas que não durasse apenas no período de choque armado, mas até o

---

<sup>37</sup> SILVA, Hélio. 1942: *Guerra no Continente*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972, p.197.

<sup>38</sup> Collado (D.S.) para o Subsecretário, 28 de fevereiro de 1942, FRUS, V, pp. 45-47. Apud MOURA, 2012, op. cit., p.88.

<sup>39</sup> MOURA, 2012, op. cit., p. 89.

<sup>40</sup> M. J. Francis, “The United States at Rio 1942: The strains of Pan-Americanism”, *Journal of Latin American Studies*, v. 6, n. 1, 1974, p.95. Apud MOURA, 2012., op. cit., p. 89.

reestabelecimento da paz<sup>41</sup>. Oswaldo Aranha, que trabalhava com Sumner Welles pela decisão conjunta de rompimento das relações exteriores, fez um discurso de apoio aos Estados Unidos ao ser designado para a presidência da conferência em 15 de janeiro de 1942. Ele enalteceu o nome de Franklin D. Roosevelt e declarou que a América foi agredida de maneira covarde, justamente quando o presidente americano fazia um supremo apelo à razão e à paz<sup>42</sup>.

O curso que o Brasil ia tomar durante a Conferência do Rio de Janeiro já estava definido desde que fora noticiado o ataque japonês a Pearl Harbor. No dia 8 de dezembro de 1941, o presidente Vargas reuniu o seu ministério para decidir os rumos do Brasil após a agressão aos Estados Unidos. Por unanimidade ficou decidido que o país declararia solidariedade aos americanos<sup>43</sup>. Mesmo assim, o presidente Vargas e o Ministro Oswaldo Aranha sofreram pressões internas e externas para que o país continuasse a manter a sua neutralidade. A ala militar do governo temia que o rompimento das relações diplomáticas fosse interpretado como estado de guerra. Eles sabiam que o exército não estava preparado para se proteger de uma ofensiva alemã. Nos dias 16 e 17 de janeiro, pouco tempo depois de inaugurado o evento diplomático, os embaixadores do Eixo enviaram cartas a Oswaldo Aranha em tom de ameaça. Ugo Sola, embaixador da Itália, declarou que, apesar das relações de amizade entre Brasil e Itália, a ruptura das relações diplomáticas com o Eixo seria interpretada em Berlim, Roma e Tóquio como uma vontade das nações americanas de se chegar a um estado de guerra. O representante do Japão, Itaro Ishii, enviou para Aranha a cópia de uma carta enviada inicialmente para Eurico Gaspar Dutra. Ele pediu que o Ministro fizesse valer a sua valiosíssima influência, sempre acatada no rumo da política nacional, para que não fosse alterado o atual estado entre Brasil e Japão<sup>44</sup>. Curt Pruefer, embaixador alemão foi direto nos seus dizeres, segundo ele: “a ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha significaria o estado de beligerância latente, acarretando consequências que equivaleriam à eclosão da guerra efetiva entre os dois países<sup>45</sup>”.

---

<sup>41</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores. 1942, p.111-3. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>> Último acesso em: 09/11/2019.

<sup>42</sup> Ibid, p. 113.

<sup>43</sup> SILVA, 1972 . op. cit., p.22.

<sup>44</sup> Ibid., p. 193-196.

<sup>45</sup>. SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à Guerra*. Manole, 2003. Apud., SANDER, Roberto. *O Brasil na*

No dia 21 de janeiro, Oswaldo Aranha respondeu às cartas enviadas pelos representantes do Eixo. O chanceler declarou que o Brasil sempre manteve na guerra uma neutralidade exemplar, mas que a agressão do Japão a um país do continente americano impôs ao país um rumo diferente. Para ele, o rompimento de relações diplomáticas é medida de alcance restrito e não implica em estado de guerra.<sup>46</sup> As pressões dos militares e dos chanceleres eixistas não interferiram no sucesso de Aranha frente à Conferência do Rio de Janeiro. Dentre as conclusões aprovadas neste evento diplomático estavam: a recomendação pela ruptura de relações diplomáticas; a reafirmação dos países americanos em considerar todo ato de agressão de um Estado extracontinental um ato de agressão contra todos; e a declaração dos países americanos de que, antes de reestabelecer relações com os países do Eixo, as repúblicas se consultarão entre si, para que a resolução tenha caráter solidário<sup>47</sup>. Outras resoluções a respeito da cooperação econômica e militar foram executadas no período que sucedeu à Conferência do Rio de Janeiro.

## 2.2. Cooperação econômica

Segundo Gerson Moura, a mobilização econômica na América Latina, conduzida pelos Estados Unidos, foi promovida por dois programas que buscavam contribuir para o fim da influência nazista na América. O autor descreve os programas sendo um "negativo" e outro "positivo". O primeiro tinha por objetivo impedir qualquer atividade econômica pró-Eixo nas repúblicas americanas<sup>48</sup>. Esse programa funcionava por meio da confecção de uma "lista proclamada" ou "lista negra" de:

[...] colaboradores do Eixo; da implementação de controles sobre integrantes desta lista; da proibição do uso de

---

*mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p.34.

<sup>46</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores. 1942, p. 122. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>> Último acesso em: 09/11/2019.

<sup>47</sup> Ata final da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. 1942. P.94-95. Disponível em: <<https://www.oas.org/consejo/sp/RC/RCactas.asp>> Último acesso em: 09/11/2019.

<sup>48</sup> MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1945: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012. p.99.

transportadoras estadunidenses por parte de pessoas indesejáveis; da adoção de medidas de controle das exportações por parte das repúblicas americanas; da eliminação das companhias aéreas do Eixo; do controle das telecomunicações e do fornecimento de petróleo; e da imobilização de embarcações do Eixo<sup>49</sup>.

A adoção desse tipo de listas não foi bem recebida no Brasil. Elas eram vistas como um meio de interferência interna em assuntos nacionais, pois não se aplicava somente a cidadãos do Eixo no Brasil, mas a qualquer pessoa ou organização que aparentava se identificar com os ideais do nazifascismo<sup>50</sup>. A medida chamada de “positiva” funcionava com uma estratégia diferente. Ela tinha por objetivo fortalecer as economias latino-americanas para impedir a penetração nazista através: do aumento da oferta de materiais estratégicos; por meio da expansão dos sistemas de transportes; e pela extensão da assistência financeira para os países<sup>51</sup>. A missão Sousa Costa e os Acordos de Washington entram nesta perspectiva.

Após o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo, Getúlio Vargas enviou Sousa Costa para uma missão em Washington. Os objetivos do ministro da Fazenda eram: tentar acelerar a entrega de material bélico e equipamentos ao Brasil, discutir assuntos econômicos e financeiros e criar condições para o fluxo de matérias-primas para a indústria brasileira<sup>52</sup>. Sousa Costa teve a difícil tarefa de convencer o governo de Washington a colocar o Brasil como país prioritário para o fornecimento de material bélico junto com os países aliados já envolvidos na guerra. O ministro foi vitorioso nesse quesito já que ofertou para os norte-americanos a permissão para o uso do território do nordeste durante a guerra. Através de um acordo, ficou combinado que os Estados Unidos elevariam para duzentos milhões de dólares o valor do armamento e munições que seriam entregues ao Brasil pelo *Lend-Lease Act* (Lei de Empréstimo e Arrendamento). Simultaneamente, o governo brasileiro concordava em conceder facilidades ao Exército e Marinha dos Estados Unidos para enviar contingentes ao Nordeste brasileiro. Os acordos de Washington também incluíram a modernização da

---

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Caffery para Aranha, 19 de dezembro de 1941, e 6 de janeiro de 1942; Donnelly para Caffery, 7 de março de 1942; todos em AHI/RE/EUA/Notas Recebidas. Aranha para Caffery, 22 de dezembro de 1941, AHI/RE/EUA/Notas Expedidas. Apud MOURA, 2012, op. cit., p. 99.

<sup>51</sup> Ibid, p. 100.

<sup>52</sup> Vargas para Roosevelt, GV 42.01.30. Apud MOURA, 2012, op. cit., p. 94.

mina de Itabira e da estrada de ferro Vitória-Minas. O objetivo era ampliar o consumo e o transporte de ferro, além da ampliação da produção de borracha<sup>53</sup>.

A chamada "Missão Cooke" também faz parte da medida "positiva" tomada pelos Estados Unidos para o desenvolvimento da economia brasileira. Sob a chefia de Morris Llewellyn Cooke, essa missão buscava incentivar a industrialização do Brasil através de algumas medidas, como:

- 1) aumentar a produção local de produtos essenciais anteriormente importados; 2) adaptar as indústrias brasileiras a uma tecnologia mais avançada, isto é, ao uso de sucedâneos, substituindo fornecimentos habitualmente importados; 3) aperfeiçoar os meios de transporte; e 4) canalizar melhor a poupança interna para as atividades do setor industrial. Essas recomendações, no entanto, estenderam-se, visando objetivos mais amplos<sup>54</sup>.

Esta missão trouxe ao Brasil uma equipe de especialistas em assuntos econômicos que produziram um relatório que detalhava as condições industriais brasileiras. Nesta análise, os técnicos concluíram que o país dependia excessivamente das importações, e que essa situação se agravava no período de guerra. Eles sugeriram a criação de um regulador do mercado de capitais, que deveria ser formado pelo governo federal e pelos governos estaduais com os fundos da previdência social e através do lançamento de ações no país e no exterior<sup>55</sup>.

Apesar do esforço dos Estados Unidos em desenvolver a economia do país, Gerson Moura questiona a real intenção do governo americano em adotar tais medidas. O autor lembra que o próprio governo americano, através de um relatório da OCIAA de maio de 1942, reconhecia que o programa "positivo" era voltado mais para os interesses estratégicos dos Estados Unidos no momento do que para o verdadeiro desenvolvimento econômico das nações americanas<sup>56</sup>. Moura questiona inclusive o sucesso da

---

<sup>53</sup> MOURA, Gerson. Acordos de Washington. Rio de Janeiro: COPDOC, 2019. In: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>> Último acesso em: 09/11/2019.

<sup>54</sup> CALICCHIO, Vera. Missão Cooke. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/missao-cooke>> Acesso em: 15/10/2009.

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> Relatório "Action taken by the United States Government in the Economic Field to Eliminate Axis Influence from the Other American Republics", maio de 1942, NA/RG 59 740.0011 E.W., 1939/15983-A Supp. Apud MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1945: mudanças na natureza das*

Missão Cooke no Brasil. Para ele, alguns fatores dificultaram o sucesso das medidas como: as dificuldades de navegação e a preeminência das necessidades americanas sobre as brasileiras, fato esse que produziu carência de muitos produtos. O relatório da missão ainda sugeria uma série de medidas de curto e longo prazo que o governo americano não estava disposto a aceitar<sup>57</sup>.

### 2.3. Cooperação militar

A presença alemã na África tornou o Nordeste brasileiro um local estratégico para a segurança do continente americano. Desde o final de 1941, Washington buscava junto ao governo brasileiro a permissão para desembarcar tropas na região. O Brasil, por outro lado, esperava dos Estados Unidos ações efetivas para o envio de equipamento militar para o exército. Chegou a conceder algumas permissões, como: o uso dos portos de Recife e Salvador; a construção de bases aéreas no Norte e no Nordeste; o transporte de aviões e suprimentos para a África através do território brasileiro; e o patrulhamento aéreo no Brasil<sup>58</sup>. Porém, a permissão para o desembarque de tropas ainda não tinha sido efetivada. A recusa brasileira era justificada tanto pelo discurso de defesa da soberania, declarada principalmente pela ala militar do governo, quanto pela morosidade estadunidense em enviar para o Brasil os equipamentos que tanto precisava.

A reivindicação brasileira pelos materiais bélicos americanos e a solicitação dos Estados Unidos em utilizar a região nordeste como base militar, eram assuntos que sobram para serem resolvidos durante a Conferência do Rio de Janeiro. Como já dito, a presença de tropas em território brasileiro só foi concedida com a Missão Sousa Costa à Washington em março de 1942. Enquanto isso, militares brasileiros e norte-americanos ainda discordavam sobre qual das duas prioridades deveria escolhida. Gerson Moura aponta alguns dos motivos da relutância do governo americano para o fornecimento de material bélico: primeiro pela presença de Dutra e Góes Monteiro no controle do exército brasileiro, já que eram suspeitos de serem à

---

*relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012. p. 100.

<sup>57</sup> Ibid., p. 104-105.

<sup>58</sup> Ibid., p. 89.

favor do Eixo; segundo porque ainda existiam grandes entidades organizadas nazifascistas, com que o exército brasileiro poderia ter dificuldade de lidar; terceiro pelo impedimento dos Estados Unidos pelo Brasil, de prover o pessoal militar para se encarregar dos materiais já fornecidos, e para proteger os aeródromos construídos por engenheiros americanos e outros pontos estratégicos ao longo do litoral<sup>59</sup>.

A Missão Sousa Costa trouxe os frutos desejados. Os Estados Unidos transferiram ao país 200 milhões de dólares em armamentos e munição<sup>60</sup>. Em 23 de maio de 1942, Brasil e Estados Unidos firmaram um acordo político-militar. Neste documento era previsto a criação de duas comissões militares mistas, uma em Washington e outra no Rio de Janeiro. A comissão americana formularia planos conjuntos para a defesa do Nordeste e a brasileira trabalharia para melhorar os padrões das forças armadas do país<sup>61</sup>. O documento ainda diz que em caso de ataque ao território nacional por forças armadas de fora do continente americano, os Estados Unidos dariam o auxílio imediato às forças de defesa brasileira, porém, as tropas americanas só poderiam ficar estacionadas em solo brasileiro a pedido do governo do Brasil. Por fim, esse acordo concedia ao governo americano a liberdade de ação no Nordeste que eles sempre buscaram. O Brasil, além de disponibilizar parte do seu território, se comprometia em desenvolver todos os elementos de cooperação com os Estados Unidos<sup>62</sup>.

## 2.4. Torpedeamento de navios brasileiros

Durante a Conferência do Rio de Janeiro, a ala militar brasileira pró Alemanha tentou a todo custo convencer o presidente Vargas e o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, a reconsiderar a ruptura das relações diplomáticas do Brasil com as

---

<sup>59</sup> Miller para Caffery, 29 de janeiro de 1942, NA/RG 226 OSS 14891. Apud MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1945: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de Leticia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012. p. 95.

<sup>60</sup> Lend-Lease Agreement between the United States and Brazil, FRUS 1942, V, pp. 815-818. Apud MOURA, 2012., op. cit., p. 97.

<sup>61</sup> S. Conn e B. Fairchild, *The Framework of Hemisphere Defense* (Washington, 1960), pp. 318-319. Apud MOURA, 2012, op. cit., p. 98.

<sup>62</sup> Arquivo de Getúlio Vargas – vol. XXXVII – Doc. 79. – Secreto. In: SILVA, Hélio. *1942: Guerra no Continente*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972, p.90-94.

potências do Eixo. Até este momento, o auxílio financeiro dos Estados Unidos não era suficiente para manter a segurança nacional. Em uma carta enviada a Getúlio em 27 de janeiro de 1942, Eurico Gaspar Dutra relatou ao presidente a sua preocupação em ocorrer ataques aos setores vulneráveis do litoral. O Ministro lembrou a defasagem do exército brasileiro já que os armamentos comprados da Alemanha não haviam chegado ao Brasil devido ao bloqueio britânico. A ajuda norte-americana, até o momento, não passava de promessa. Nesta carta, Dutra asseverou a Vargas a importância e o compromisso do país com a solidariedade continental, mas pressionou o presidente a pesar e medir as consequências antes de tomar uma decisão<sup>63</sup>.

O receio de Gaspar Dutra se confirmou em fevereiro. Entre os dias 15 e 25 desse mês duas embarcações brasileiras foram atacadas e uma desapareceu no Atlântico. A população reagiu instantaneamente. No dia 22 de fevereiro ocorreu uma passeata de protesto organizada pelos estudantes do Pará contra o afundamento dos navios “Buarque” e “Olinda”. A multidão de mais de 10 mil pessoas se concentrou em frente à redação do jornal “Estado do Pará”<sup>64</sup>. Algumas medidas de segurança foram tomadas por Vargas. O presidente estabeleceu Fernando de Noronha como zona militar, fechou jornais, agências telegráficas e as instituições ligadas ao Eixo, decretou pena de morte para os atos de sabotagem, e proibiu a correspondência diplomática cifrada dos países do Eixo aos seus agentes no Brasil e controlou o movimento de fundos dos mesmos<sup>65</sup>.

Nos dias 7 e 8 de março mais dois navios brasileiros foram afundados. Getúlio Vargas, através do embaixador Carlos Martins, buscou junto aos Estados Unidos soluções para a segurança da marinha mercante. O diplomata chegou com a resposta em 4 abril de 1942:

Artilhamento cinco navios brasileiros que se encontram nos Estados Unidos ficará ultimado até 15 de abril. Cada navio levará guarnição artilheiros. Estou negociando Departamento de Estado e Marinha para que navios partam simultaneamente e sejam comboiados. Em Nova Orleans onde serão embarcados cinquenta tanques, quatro canhões antiaéreos e demais material

<sup>63</sup> Carta de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas – 27.1.1942 – Arquivo de Getúlio Vargas vol. XXXVII – doc. 16-C – Parecer do Ministro da Guerra – Arquivo de Eurico Gaspar Dutra. In: SILVA, Hélio. 1942: *Guerra no Continente*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972, p.205-208.

<sup>64</sup> Jornal Correio da Manhã (RJ), 25.2.1942, p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_05/10560?pesq=Consulta](http://memoria.bn.br/docreader/089842_05/10560?pesq=Consulta)> Último acesso em: 09/11/2019.

<sup>65</sup> FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Editora: Universidade de Brasília, 1999, p. 77.



bélico encontra-se o navio Aracaju. Indispensável seja destacado mais um navio para aquele porto a fim de que todo material possa ser embarcado<sup>66</sup>.

Além dessas medidas, o Comandante Jonas Ingram passou a organizar um plano de ação combinada entre as forças do Brasil e dos Estados Unidos. Ele decidiu que o patrulhamento aéreo do Nordeste seria feito por dois grupos: um de aviões da FAB e outro com os Catalinas da Marinha norte-americana<sup>67</sup>. Enquanto isso, Carlos Martins solicitava nos Estados Unidos a entrega de lanchas torpedeiras e caça-submarinos para que a Marinha brasileira pudesse colaborar com o patrulhamento do Atlântico<sup>68</sup>. As medidas em conjunto dos governos americano e brasileiro não interromperam o ímpeto do Eixo. No mês de julho mais três navios brasileiros foram torpedeados. Desde fevereiro, o número das embarcações afundadas já chegara a 14. Enquanto isso a população lotava as ruas em passeatas pedindo ações mais severas do país contra a Alemanha. Aconteceu em Salvador, no dia 8 de agosto, grande manifestação que reuniu uma massa de estudantes, operários e comerciários de todos os seguimentos da sociedade para pedir a declaração de guerra<sup>69</sup>.

No dia 12 de agosto de 1942, Sumner Welles, por meio do embaixador Carlos Martins, enviou uma carta a Getúlio Vargas informando as últimas decisões acertadas com as autoridades navais americanas para a segurança do Atlântico:

[...] 1.º) Incorporar uma divisão torpedeira esquadra Almirante Ingram para estender proteção navegação de Trinidad até porto brasileiro além de 300 milhas atualmente vigiado; 2.º) fornecer navios caça-minas brasileiros aparelhamento escuta submarino; 3.º) apoiar junto Governo britânico cessão ao Brasil navios construção estaleiros Lage por conta Inglaterra fornecer também aparelhamento escuta. Muito bem recebido notícia instruções Sr. Presidente República Almirante Vasconcelos<sup>70</sup>.

<sup>66</sup> Telegrama de Carlos Martins a Getúlio Vargas – 4.4.1942 – Arquivo de Getúlio Vargas – vol. XXXVII – Doc. 61-B. In: SILVA, 1972, op. cit., p 101.

<sup>67</sup> SILVA, 1972, op. cit., p.104.

<sup>68</sup> Telegrama de CARLOS Martins a Getúlio Vargas – Washington, 27.4.1942 – Arquivo de Getúlio Vargas – vol. XXXVII – Doc. 70. In: SILVA, 1972, op. cit., p 104.

<sup>69</sup> FALCÃO, 1999, op. cit., p. 98.

<sup>70</sup> Telegrama de Carlos Martins a Getúlio Vargas – 12.8.1942 – Arquivo de Getúlio Vargas – vol. XXXVII – Doc. 16-A. In: SILVA, 1972, op. cit., p 111.

No mês de agosto os noticiários ficaram cada vez mais sangrentos. Entre os dias 15 e 19 de agosto seis navios brasileiros foram torpedeados em pleno território marítimo nacional no litoral da Bahia e Sergipe. O ataque ao “Baependi” foi o mais violento causando 269 mortes. Os submarinos do Eixo, que tinham como alvo principal a marinha mercante brasileira, passaram a atacar embarcações de cabotagem como o Itagiba afundado no dia 17. A população não tinha mais paciência com a morosidade do governo brasileiro em declarar guerra ao Eixo. No dia 18, manifestantes se concentraram nas escadarias do Teatro Municipal, sob gritos de “guerra” e “vingança”. Getúlio Vargas discursou para os manifestantes, porém, não prometeu a declaração de guerra. Ele declarou que os súditos do Eixo também responderiam pelos prejuízos sofridos através de seus fundos e que os navios dos países agressores que estivessem em portos brasileiros seriam confiscados<sup>71</sup>.

A declaração de guerra só ocorreu no dia 22 de agosto de 1942. Desde fevereiro 20 navios brasileiros foram torpedeados. Foram mais de 700 pessoas mortas, sendo a maioria delas civis. É necessário entender que de maneira alguma o torpedeamento destas embarcações foi uma surpresa. O círculo militar brasileiro, que tinham como membros figuras notáveis pró Alemanha, já sabiam da possibilidade de um ataque alemão caso o Brasil efetivasse a sua aliança com os Estados Unidos. Durante a Conferência do Rio de Janeiro, o ministro Oswaldo Aranha recebeu cartas em tom ameaçador dos embaixadores do Eixo como um modo de pressioná-lo a desistir de romper relações. A presença alemã no Atlântico e o ataque aos navios brasileiros mostraram que a aproximação do Eixo no continente era cada vez mais real. A necessidade de planos concretos para a defesa continental estreitou a relação entre Brasil e Estados Unidos que trabalhavam em cooperação econômica e militar pela defesa da América. Mesmo assim, a demora do presidente Vargas em declarar guerra à Alemanha demonstra que, mesmo com a aliança firmada entre Brasil e Estados Unidos, o círculo do governo pró-Eixo ainda era muito forte.

---

<sup>71</sup> FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Editora: Universidade de Brasília, 1999, p. 111-112.

### III - O BRASIL NA GUERRA

#### 3.1. A declaração de guerra

O ataque às embarcações brasileiras de cabotagem em pleno território nacional foi um golpe à soberania do país. Oswaldo Aranha agiu para que o mundo soubesse a situação pela qual o Brasil passava. Remeteu uma nota do DIP, que informava os últimos ataques aos navios brasileiros, às representações diplomáticas brasileiras e solicitou que elas fossem transmitidas aos consulados<sup>72</sup>. O Brasil passou a receber várias manifestações de apoio de entidades e ministérios de relações exteriores que repudiavam a atitude nazifascista. Roosevelt também mandou mensagens de solidariedade a Getúlio Vargas. Nos dias 21 e 22 de agosto, Oswaldo Aranha remeteu às missões diplomáticas americanas, europeias, asiáticas e africanas uma circular que reconhecia o estado de guerra. O documento diz que o Brasil foi forçado a reconhecer o estado de beligerância após atos de guerra praticados pela Itália e Alemanha<sup>73</sup>. No dia 22, a decisão foi reforçada em uma reunião que contava com a presença de Vargas e todos os seus ministros. Nela também foi decidido que o Ministério se reuniria a cada semana para tomar outras medidas em relação à guerra<sup>74</sup>. Getúlio Vargas oficializou a declaração de guerra através do Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942.

A repercussão da declaração de guerra nos Estados Unidos foi de comoção. Sumner Welles, secretário de Estado americano, em encontro com o embaixador Carlos Martins Pereira e Sousa, lembrou a atitude tradicional brasileira de pacifismo, mas que teve altivez quando ferido<sup>75</sup>. Cordell Hull, em telegrama a Oswaldo Aranha, saudou a resolução de declaração de guerra e a coragem de tomar tal posição<sup>76</sup>. O presidente Roosevelt enviou uma carta a Getúlio Vargas declarando que esta decisão solene colocaria o Brasil firmemente ao lado dos povos livres do mundo<sup>77</sup>. Apesar das

---

<sup>72</sup> *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*, P. 175-183. Apud SILVA, Hélio. 1942: *Guerra no Continente*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972, p.374.

<sup>73</sup> Relatório do Ministério das relações exteriores, 1942, p. 119-123. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>> Último acesso em: 09/11/2019.

<sup>74</sup> Nota do DIP À imprensa – 28-8-1942. Apud SILVA, 1972, op. cit., p.380.

<sup>75</sup> Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores – Telegrama de Carlos Martins – 22.8.1942 – julho/dezembro 1942 – Washington – NP 604. In: SILVA, op. cit., p.379.

<sup>76</sup> Telegrama de Cordell Hull a Oswaldo Aranha – 22.8.1942 – Department of State Bulletin – vol. VII – nº 165 – pág. 711. In: SILVA, 1972, op. cit., p.380.

<sup>77</sup> Carta de Franklin D. Roosevelt a Getúlio Vargas – 22.8.1942 – Department of State Bulletin – vol.

declarações formais destes representantes, a declaração de guerra por parte do Brasil gerou alguns desconfortos, tanto para os países aliados, como para os países do Eixo.

A demora brasileira em formalizar a declaração de guerra deixou os alemães confusos. Weizsaecker, secretário de Estado do Ministério do Exterior, enviou um telegrama a Karl Ritter apresentando as pretensões brasileiras. Neste documento, o representante do governo alemão diz que a definição sobre esse novo estado de guerra não é tão clara, além de ser arbitrária e artificial. Diz ainda que dificilmente seria levada em conta por eles, alemães<sup>78</sup>. A dificuldade alemã em entender a declaração de guerra brasileira não impediu que Karl Ritter criasse a sua narrativa para defender a Alemanha das acusações brasileiras. Em telegrama enviado para as representações diplomáticas alemãs em Buenos Aires e Santiago o representante alemão responsabilizou o Brasil pelos navios torpedeados. Segundo ele, o país já se utilizava de uma cadeia de provocações. O rompimento das relações diplomáticas era claramente uma declaração de guerra por parte do Brasil. Ritter ainda argumentou que o Brasil já estava em guerra quando disponibilizou os aeroportos do Norte e os seus portos para os Estados Unidos. Ele ainda tentou justificar os últimos navios brasileiros afundados declarando que essas embarcações estavam armadas, camufladas e eram proibidos de identificar a sua nacionalidade<sup>79</sup>.

No caso dos aliados, Gerson Moura aponta que houve pouca pressão por parte desses países para que o país declarasse guerra. A ajuda brasileira era mais do que suficiente cedendo o território do nordeste e materiais estratégicos para o esforço de guerra britânico e americano. Os aliados tinham conhecimento de que o exército brasileiro não estava preparado para se envolver no conflito. O envolvimento do país na guerra poderia causar alguns prejuízos para os aliados, primeiro com o aumento da demanda por materiais bélicos e segundo pela provável diminuição de oferta de materiais estratégicos, já que eles seriam consumidos pelo próprio exército brasileiro<sup>80</sup>. O descontentamento norte-americano com as demandas brasileiras pode ser observado em agosto de 1942 com a criação da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos,

---

VII – nº165 – pág. 711. In: SILVA, 1972, op. cit., p.381.

<sup>78</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 9.6.1971- pág.4 –doc.3. In: SILVA, 1972, op. cit., p.393.

<sup>79</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 10.6.1971 – pág. 15. doc. 5. In: SILVA, Hélio. 1942: *Guerra no Continente*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972, p.388-392.

<sup>80</sup> MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1945: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012. p.114.

em Washington. Havia uma discordância quanto às tarefas desse órgão. Enquanto os norte-americanos queriam direcionar os esforços para reforçar a defesa de algumas regiões, como o nordeste, o Estado-Maior do Brasil entendia que a colaboração Brasil-Estados Unidos deveria incluir todas as atividades nacionais ligadas ao potencial de guerra. Neste caso, deveriam ser reforçadas as indústrias bélicas e os transportes<sup>81</sup>. Segundo Moura, "Estas diferenças esclarecem algumas reclamações estadunidenses sobre a quantidade de material requisitado pelas autoridades brasileiras via acordo Lend-Lease"<sup>82</sup>.

As mensagens de apoio dos Estados Unidos à declaração de guerra brasileira foram, portanto, apenas um compromisso diplomático. Não havia neste momento qualquer demanda por uma participação mais efetiva do exército brasileiro no conflito mundial. Mesmo assim, o governo brasileiro, principalmente a partir das ideias de Oswaldo Aranha para o futuro do país, queria que este fato trouxesse notoriedade para o país no cenário de paz que se aproximava.

### **3.2. Os planos para o pós-guerra**

Oswaldo Aranha tinha conhecimento de que uma participação militar brasileira na África ou na Europa pouco ia influenciar nos rumos que a guerra mundial ia tomar. Porém, acreditava que um apoio mais efetivo de ordem militar poderia ser do interesse do Brasil. Era importante para o país se manter “relevante” à medida que a vitória pendia para o lado aliado. Os Estados Unidos, junto à Grã-Bretanha, França e União Soviética, já traçavam o cenário de paz e o Brasil queria participar das conversações. Por ocasião da visita de Roosevelt à Natal em janeiro de 1943, Oswaldo Aranha mandou uma carta ao presidente Vargas na qual apontava os caminhos necessários a serem trilhados pelo país para participar das resoluções do pós-guerra.

- A. Uma melhor posição na política mundial;
- B. Uma melhor posição na política com os países vizinhos pela consolidação de sua preeminência na América do Sul;
- C. Uma mais confiante e íntima solidariedade com os Estados

---

<sup>81</sup> IHGB, Documentos de Leitão de Carvalho, Relatório Geral, p. 49. Apud MOURA, 2012, op. cit., p.123.

<sup>82</sup> Idem.

Unidos;  
 D. Uma ascendência cada vez maior sobre Portugal e suas possessões;  
 E. Criação de um poder marítimo;  
 F. Criação de um poder aéreo;  
 G. Criação de um parque industrial para as indústrias pesadas;  
 H. Criação da indústria bélica;  
 I. Criação das indústrias agrícolas, extrativas e de minérios leves complementares dos norte-americanos e necessários à reconstrução mundial;  
 J. Extensão de suas vias férreas e rodovias para fins econômicos e estratégicos;  
 K. Exploração dos combustíveis essenciais.  
 L. Essas, em linhas gerais e apressadas, as ideias e sugestões que me ocorreram ao correr da máquina e para que possa adormecer mais profundamente nas alturas e despertar mais avisado quando tocares a terra, as suas realidades e as suas surpresas<sup>83</sup>.

A solução, portanto, para evidenciar o nome do país junto às demais potências não estava apenas no desenvolvimento econômico e militar do país, mas na continuação da colaboração diplomática com os países aliados, principalmente com os Estados Unidos. Porém, a campanha vitoriosa dos americanos e britânicos na África diminuiu o poder de barganha do Brasil. Um dos motivos principais para a efetivação dos acordos entre o governo brasileiro e americano era a defesa do continente. Uma vez que a chance de um ataque alemão pelo Atlântico passou a ser desacreditado, os Estados Unidos diminuíram a oferta de materiais para o país, afetando a Comissão Mista de Defesa entre os dois países.

A possibilidade da criação de uma força expedicionária brasileira já era levantada desde os tempos da declaração de guerra. Com a diminuição do poder de barganha do Brasil, esta possibilidade era a esperança do país em alcançar relevância no cenário mundial e continuar recebendo materiais dos Estados Unidos. No dia 29 de janeiro de 1943, o presidente Roosevelt se encontrou com Getúlio Vargas em Natal. Entre os assuntos em pauta estavam a possibilidade de o Brasil ingressar nas nações unidas e o desejo brasileiro de criar uma força expedicionária. Segundo Falcão, um dia antes desse encontro, Roosevelt se encontrara com o embaixador Caffery e confidenciou

---

<sup>83</sup> Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas por ocasião da visita de Roosevelt a Natal. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1943. In: Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro / Sérgio Eduardo Moreira Lima, Paulo Roberto de Almeida e Rogério de Souza Farias (organizadores). – Brasília: FUNAG, 2017. p.321.

com ele que as autoridades militares americanas não estavam muito interessadas na presença de tropas brasileiras na África<sup>84</sup>.

No encontro, ao abordar a possibilidade da participação brasileira na guerra, Roosevelt, considerando as boas relações entre Brasil e Portugal, revelou à Vargas o desejo de que o governo brasileiro convencesse o governo português a permitir que tropas brasileiras fossem enviadas aos Açores e à Ilha da Madeira. O presidente Vargas concordou em falar com Salazar, mas reforçou que a ida de militares brasileiros a Portugal seria inviável sem que os Estados Unidos fornecessem os equipamentos adequados<sup>85</sup>. Na reunião entre os dois presidentes, ambos apresentaram os seus interesses. O Brasil queria enviar uma força expedicionária para os campos de batalha e garantir a oferta de materiais bélicos. Os Estados Unidos queriam o Brasil nas Nações Unidas e sua força militar nas ilhas portuguesas. Como lembra Moura, "O Brasil exigia uma solução para as suas necessidades e recebia em troca um problema novo e de resolução difícil, em meio aos seus esforços de se juntar aos Estados Unidos na guerra"

<sup>86</sup>. Após o encontro, o Brasil aderiu à Declaração das Nações Unidas e à Carta do Atlântico.

### 3.3. O papel político da F.E.B

Antes da estruturação completa da F.E.B em agosto de 1943, o governo brasileiro enviou militares para a África afim de familiarizarem-se com o teatro de operações. A esta altura, o presidente Roosevelt já concordava com a criação de uma Força Expedicionária Brasileira. Após o general Leitão de Carvalho apresentar ao chefe do Estado-Maior dos Estados Unidos os planos para a criação da F.E.B, a chefia conjunta dos estados-maiores (*Joint Chiefs of Staff*) aprovaram a criação de três divisões e uma pequena unidade de força aérea<sup>87</sup>. Em agosto, Vargas enviou o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra para os Estados Unidos para finalizar estas negociações.

---

<sup>84</sup> FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Editora: Universidade de Brasília, 1999, p.170.

<sup>85</sup> Relatório de Caffery, FRUS, 1943, V, p. 656. Apud MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1945: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012. p.128.

<sup>86</sup> MOURA, 2012, op. cit., p.129.

<sup>87</sup> Caffery para Hull, 6 de fevereiro de 1943, NA/RG 832.00/4349; 7 de abril, e 17 de maio de 1943, ambos em 832.20/511, 525. Apud MOURA, 2012, op. cit., p.131.

Ficou acordado junto aos membros da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que as três divisões seriam sediadas no Rio de Janeiro, em Recife e no Paraná<sup>88</sup>.

Apesar da atitude brasileira de enviar um ministro para negociar com os Estados Unidos a criação da F.E.B, os norte-americanos passaram a desconfiar das reais intenções do Brasil na criação deste órgão. Parte desta desconfiança estava na demora na organização da criação das divisões. Somente a divisão comandada pelo general Mascarenhas de Moraes fora organizada. Além disso, esta formação sofreu atrasos e os treinamentos prejudicados pela falta de materiais, recursos humanos e organização<sup>89</sup>. Os serviços de inteligência militar americanos chegaram a redigir alguns documentos alegando que havia inércia e falta de iniciativa dos oficiais do exército brasileiro. Além disso, declararam que a F.E.B foi utilizada como assunto de manipulação política e que pouco foi progredido no treinamento de soldados, organização dos centros de instrução, etc<sup>90</sup>. Havia um pensamento, portanto, de que a ida do ministro Dutra a Washington, tinha o objetivo de garantir mais armamentos através do acordo *Lend-Lease*. Neste caso, a criação da F.E.B era o pretexto necessário para alcançar essa meta.

A má organização da Força Expedicionária Brasileira também se nota a partir da convocação dos reservistas. Ao se aventar a possibilidade da criação deste corpo, vários voluntários, grande parte deles participantes de movimentos patrióticos estudantis, se propuseram a lutar pelo Brasil em campo de batalha. Porém, a experiência que estes novos soldados passaram nos quartéis não foram satisfatórias. Segundo João Falcão, eles perambulavam pelos quartéis, sem preparação militar. Dedicavam-se apenas as faxinas e aos exercícios físicos<sup>91</sup>. Fatos como esses apontam para o despreparo das Forças Armadas brasileiras e o desinteresse do exército com a F.E.B. Isso não impediu, porém, que Getúlio Vargas utilizasse esse órgão como uma forma de autopromoção política. Foram realizados desfiles militares e comícios onde foram homenageados os contingentes que foram enviados para a guerra.

A efetivação da criação da F.E.B e o seu envio para lutar na guerra passou a ser uma questão crucial para o governo de Vargas. A vitoriosa campanha aliada efervesceu

---

<sup>88</sup> FALCÃO, 1999, op. cit., p. 212.

<sup>89</sup> *A FEB pelo seu Comandante*. A necessidade de especialistas e o problema da falta de organização são frequentemente citados por oficiais da FEB em *Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB* (Rio de Janeiro, 1949). Apud MOURA, 2012, op. cit., p.132.

<sup>90</sup> American Intelligence Service, 1º de setembro de 1943, NA/RG 218 JCS BDC 9930. Apud MOURA, 2012, op. cit., p.133.

<sup>91</sup> FALCÃO, 1999, op. cit., p.188.



a massa de trabalhadores e estudantes que faziam passeatas a favor da democracia. Membros do gabinete do presidente, como o general Manoel Rabelo e Oswaldo Aranha também se mobilizavam a favor do Estado democrático. Duas entidades, que passaram a funcionar no início de 1943, tinham como membros esses políticos. A Sociedade Amigos da América, fundada no Rio de Janeiro e presidida por Rabelo, tinha como ideologia norteadora a luta contra o fascismo europeu e asiático. A Liga de Defesa Nacional também ressurgiu nesse ano e tinha como objetivo a luta contra a quinta-coluna e a luta do Brasil ao lado dos aliados<sup>92</sup>

A F.E.B se tornou então um pilar importante para a manutenção do governo de Vargas e que operava em dois âmbitos. Internamente, o sucesso do órgão poderia abafar as manifestações democráticas que prejudicavam o governo. No âmbito externo, a F.E.B poderia manter o nome do Brasil vivo no cenário internacional, garantir as remessas de materiais bélicos americanos e inserir o país nas conversações de paz. Mesmo assim, a ajuda americana ainda não era garantida devido às desconfianças do governo dos Estados Unidos quanto aos objetivos que estavam por trás da criação de uma força expedicionária pelo Brasil. Essas negociações pioraram quando o subsecretário Sumner Welles deixou o cargo em agosto de 1943. Foi colocado em seu lugar Edward Stennius Jr., que não tinha consciência dos acordos entre Brasil e Estados Unidos<sup>93</sup>.

### 3.4. Crises internas e externas

Os anos de guerra foram benéficos para o Brasil. Os acordos de cooperação militar com os Estados Unidos propiciaram o reequipamento das forças armadas brasileiras. Politicamente, o Brasil legitimava a sua posição de potência entre os países da América Latina. Por outro lado, a Argentina, devido às escolhas políticas favoráveis ao Eixo, passou a se isolar no continente. A ala militar argentina não se conformava com este declínio. Em 6 de junho de 1943 o GOU (Grupo de Oficiais Unidos), depôs o presidente Ramón S. Castillo do poder. O objetivo deste grupo era instaurar na

---

<sup>92</sup> Ibid., p.165-167.

<sup>93</sup> GV 43.12.06. Apud, MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1945: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012 p. 133.

Argentina um governo nacionalista e autoritário. Apoiaram então a posse do militar Pedro Pablo Ramírez, a fim de contrabalancear o crescente desenvolvimento militar do Brasil<sup>94</sup>.

Com a troca de governo na Argentina, os Estados Unidos acreditaram que era um momento propício para pressionar o país a honrar os compromissos da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores e romper relações diplomáticas com o Eixo. Apesar de o presidente Ramírez concordar com a ideia, o círculo militar argentino, que apoiou a sua posse, não queria desviar da ideologia nazista. Em março de 1944 Ramírez foi deposto. Ficaram tensas as relações entre Argentina e Estados Unidos. Buscando contrabalancear as influências norte-americanas no continente, a Grã-Bretanha forneceu armamentos para ajudar no objetivo argentino de desenvolvimento militar<sup>95</sup>.

O golpe do Movimento Nacionalista Revolucionário na Bolívia gerou a desconfiança de que o objetivo da Argentina não era apenas o de desenvolvimento militar. O país queria exercer influência política e militar nos países da América Latina. Os Estados Unidos e o Brasil acompanhavam atentamente os interesses argentinos. A situação envolveu mobilização militar. O governo argentino mobilizou suas tropas para a fronteira justificando que os Estados Unidos pressionavam o Brasil a atacar o país. Enquanto isso, a cúpula militar brasileira estudava a hipótese de colocar a Força Expedicionária Brasileira para monitorar a fronteira. Além disso, pediu para que o governo americano construísse dois aeródromos na região sul<sup>96</sup>.

A relação histórica próxima entre os dois países afastou qualquer possibilidade de confronto armado. Segundo Moniz Bandeira: “a perspectiva de guerra entre o Brasil e a Argentina decorria não tanto da disposição real dos dois países quanto do jogo de interesses das potências imperialistas”<sup>97</sup>. O autor se refere ao receio norte-americano de quebra da unidade continental com a possibilidade do aumento da influência argentina e

<sup>94</sup> R. A. Humphreys, *Latin America and the Second World War, 1942-1945* (Londres, 1982). Apud MOURA, 2012, op. cit., p.143.

<sup>95</sup> Telegrama de 8.5.1943, nº 141/645.4 (41), da Embaixada de Buenos Aires (J.P. Rodrigues Alves), doc. 6, vol. 41. Apud BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1973, p.290-291.

<sup>96</sup> Chefe-Assistente do Estado-Maior para a Comissão de Alocação de Munições, 10 de janeiro de 1944, NA/RG 165 W.D. OPD 336 – Brazil Sec. II. Apud MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1945: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012. p. 144.

<sup>97</sup> BANDEIRA, 1973, op. cit., p.292.

a aproximação inglesa com a Argentina a fim de contrabalancear a presença dos Estados Unidos na América Latina. Mesmo assim, o clima de tensão no continente foi essencial para os planos brasileiros de reequipamento das forças armadas. O país vivia um impasse junto ao governo americano em relação a ajuda para a criação da F.E.B e a participação brasileira na guerra. Após as intrigas entre Estados Unidos e Argentina, o governo americano concordou em enviar para o sul do país as armas que o Brasil precisava<sup>98</sup>. O projeto da F.E.B também foi concluído em mais uma política de trocas de concessões. O nordeste brasileiro voltou a ser requisitado pelo governo americano mesmo após a vitoriosa campanha aliada na África. Após as crises na Argentina, o governo americano queria manter a sua posição militar no sul da América. Caffery declarou para Vargas o desejo de manter bases militares dos Estados Unidos na região<sup>99</sup>. O presidente brasileiro se dispôs a assinar o acordo se as munições prometidas fossem rapidamente enviadas, se os Estados Unidos oferecessem os meios para a construção das duas bases aéreas no Sul e se a FEB fosse enviada ao Exterior<sup>100</sup>. O 1º Escalão da FEB, composto de aproximadamente cinco mil homens, desembarcou na Itália em julho de 1944.

Internamente, o governo brasileiro passava por crises. Influenciados pela vitoriosa campanha aliada na guerra, a população fazia manifestações pedindo eleições diretas. A Sociedade Amigos da América e a Liga de Defesa nacional, junto às entidades estudantis faziam frente na luta pela normalização democrática. Por outro lado, o embarque da Força Expedicionária Brasileira também fez com que o grupo pró-fascista do governo se fortalecesse. O chefe da Polícia do Rio de Janeiro, Coriolano Góis, chegou ao cargo afim de esmagar o movimento democrático na capital. Ele proibiu uma reunião da SAA, prevista para ser realizada no dia 10 de agosto, e mandou fechar a sede da organização<sup>101</sup>. Oswaldo Aranha sabia da possibilidade de que o seu amigo, o presidente Vargas, soubesse da atitude de Coriolano. O chanceler brasileiro pediu demissão logo após o episódio.

---

<sup>98</sup> Hull para Roosevelt, 22 de janeiro de 1944, FRUS, 1944, VII, pp. 569-570; Caffery para Hull, 1º de fevereiro de 1944, NA/RG 59 711.32/205. Apud MOURA, 2012, op. cit., p.145.

<sup>99</sup> Caffery para Hull, 1º e 14 de fevereiro de 1944, NA/RG 59 711.32/ 206, 209. Apud MOURA, 2012, op. cit., p.146.

<sup>100</sup> Caffery para Hull, 1º de fevereiro de 1944, NA/RG 59 711.32/206. Apud MOURA, 2012, op. cit., p. 147.

<sup>101</sup> FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Editora: Universidade de Brasília, 1999, p. 241-242.

Aranha sabia que a sua posição não agradava boa parte do gabinete de Vargas. O ministro torcia pela normalização democrática no país e passou a ter opiniões contrárias às atitudes do governo. Em 1945, com a reabertura da SAA, ele deu um discurso em que apontou alguns dos fatores que dificultaram o estabelecimento da democracia. Eram eles: O apego dos candidatos às posições, à manutenção de leis revogadas pelos acontecimentos, à intromissão governamental nos meios de comunicação, leis de favor e obras com fins políticos<sup>102</sup>. O Brasil acabava de perder o principal articulador da cooperação com os Estados Unidos. Em território norte-americano, a notícia da demissão de Aranha deixou o país em alerta. Após os esforços para tratar da crise com a Argentina, o governo americano percebeu que o círculo militar brasileiro de tendências autoritárias e fascistas ainda demonstrava ter grande força política no Brasil. Washington mandou então um *memorandum* a Getúlio Vargas com a repercussão da demissão de Aranha. Bandeira destaca pontos principais deste documento: “1) Vargas afastava-se dos Estados Unidos por influência do Exército; 2) A ruptura com Aranha ameaçava a estabilidade do Estado Novo; 3) A renúncia significava um *rapprochement* com a Argentina”<sup>103</sup>.

Após os últimos eventos no Brasil, em que a ala fascista se encontrava cada vez mais hostil ao movimento democrático, o governo americano passou a se sentir desconfortável com a proximidade com o governo e passou a trabalhar para a volta da democracia ao país. A Embaixada Americana encaminhou ao Itamarati uma nota declarando que havia uma insatisfação com o governo brasileiro e que esperavam que transformações se fizessem, de modo pacífico, e que resultassem num governo livre e democrático<sup>104</sup>. Em 1945 o governo tornou pública a Lei Complementar nº 9, reconhecendo os órgãos representativos previstos pela Constituição de 1937. Os jornais já passavam a noticiar a volta das eleições democráticas. Logo após, promulgou a Lei Eleitoral, tornando possível a criação de partidos políticos.

A partir de 1944, o Brasil tentou manter papel ativo nas discussões

---

<sup>102</sup> Discurso de posse no cargo de primeiro vice-presidente da Sociedade dos Amigos da América, Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1945. In: LIMA, ALMEIDA E FARIAS, op. cit., p. 337-345.

<sup>103</sup> *Memorandum* da Embaixada dos EUA, setembro de 1944, sobre comentários da imprensa dos Estados Unidos em torno da renúncia de Oswaldo Aranha e de suas possíveis consequências na política Argentina (nota de Caffery) Doc. 2ª, vol; 45, AGV. Apud BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1973, p.296.

<sup>104</sup> Nota sem data, da Embaixada Americana, sobre a atitude dos Estados Unidos em relação às eleições brasileiras, doc. 46. Apud BANDEIRA, 1973, op. cit., p.298.

internacionais de paz. Participou da Conferência de Bretton Woods, em julho de 1944. A conferência tinha o objetivo de garantir o crescimento do comércio internacional. Em março de 1945, realizou-se na Cidade do México a Conferência de Chapultepec. Neste evento foram reafirmadas as bases de segurança do continente acordadas nas reuniões de consultas anteriores já que previa defesa mútua caso houvesse agressão externa. Os Estados Unidos, que trabalhavam neste momento na organização das Nações Unidas, também participaram desta conferência. A instauração da Ata de Chapultepec legitimou a hegemonia de influência americana no continente.

O Brasil não desistira dos planos de Oswaldo Aranha de participação das conversações das grandes potências sobre o pós-guerra. Porém, Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética não estavam de acordo com a ideia de permitir que o Brasil participasse do esquema<sup>105</sup>. Roosevelt sugeriu que se aumentasse o número de assentos no Conselho de Segurança, mas britânicos e soviéticos se opuseram à ideia<sup>106</sup>. Como forma de consolar o Brasil pela decisão das outras potências, em fevereiro de 1945, o secretário de Estado Stettinius veio ao Brasil para um encontro com Vargas. Segundo Moura: "A visita serviu para reforçar a ilusão brasileira de ser um 'aliado especial'"<sup>107</sup>. O representante americano voltou para os Estados Unidos com um acordo para a compra de areia monazítica, que seria utilizada nas forças armadas americanas para a fabricação de bombas atômicas.

Apesar de ter falhado na missão de se estabelecer como “potência associada”, o Brasil reatou as relações diplomáticas com a União Soviética em 2 de abril de 1945 e declarou guerra ao Japão em 5 de junho do mesmo ano. Estes dois atos foram firmados por influencia do governo dos Estados Unidos. Apesar da insignificância militar de tal ato para o momento, o país conseguiu estender a durabilidade dos acordos *Lend-Lease* com os Estados Unidos. Em uma carta enviada a Getúlio Vargas, por ocasião da visita do presidente americano a Natal em janeiro de 1943, Oswaldo Aranha manifestou a sua opinião sobre a importância da participação brasileira nos conselhos diplomáticos. Para o chanceler brasileiro: “querer afastar o Brasil da 'guerra e da paz', ou mesmo deixar de

---

<sup>105</sup> MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1945: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012. p. 163.

<sup>106</sup> Campbell e Herring. *The Diaries of Edward Stettinius Jr., 1943-1946*. New York, New Viewpoints, 1975. pp. 11, 113, 118. Apud MOURA, 2012, op. cit., p. 164.

<sup>107</sup> MOURA, 2012, op. cit., p. 164.

estudar e trabalhar desde já pela posição que ao Brasil deve caber nesses acontecimentos seria erro de graves resultados". Nesta carta, Aranha expõe a Vargas a importância da colaboração política brasileira aos aliados e a aliança com os Estados Unidos para o cenário pós-guerra. No fim das contas, a cooperação entre os dois países e a adesão às Nações Unidas e à Carta do Atlântico não alavancou o país ao status de potência mundial e nem deu ao Brasil voz expressiva nas conversações de paz<sup>108</sup>.

---

<sup>108</sup> Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas por ocasião da visita de Roosevelt a Natal. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1943. In: Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro / Sérgio Eduardo Moreira Lima, Paulo Roberto de Almeida e Rogério de Souza Farias (organizadores). – Brasília: FUNAG, 2017. p.321.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1930, diante do confronto econômico e ideológico entre Alemanha e Estados Unidos, o Brasil manteve uma política de “equidistância pragmática”. A partir dela o país tirava proveito da conjuntura econômica mundial oferecida pelo embate entre as duas potências e garantia os interesses nacionais. Da Alemanha o país aproveitou-se, então, das vantagens comerciais oferecidas, mitigando as repercussões da crise de 1929 sobre o sistema produtivo nacional. Dos Estados Unidos, obteve o abastecimento de equipamentos militares e a construção da tão sonhada usina siderúrgica<sup>109</sup>. Disputado por duas potências globais, o Brasil conseguiu nesse período grande poder de barganha, que significou benefícios para a sua economia.

Os acordos de 1935 e 1936, respectivamente com os Estados Unidos e Alemanha, demonstraram o esforço do governo Brasileiro em manter a política de “equidistância pragmática”. O país foi bem-sucedido neste quesito até 1942, quando, após o ataque a Pearl Harbor, rompeu relações com o Eixo. Há de se considerar alguns fatores que influenciaram na escolha do Brasil em lutar ao lado dos aliados. Em primeiro lugar, os Estados Unidos utilizaram a proximidade histórica com o Brasil para garantir o apoio do país ao seu projeto de hegemonia continental. Através da chamada “política da boa vizinhança”, venceu a disputa ideológica na América Latina. O sistema de conferências, criado a partir desta política norte-americana, permitiu que os Estados Unidos garantissem a sua hegemonia política e militar no continente. Em segundo lugar, devido ao início das hostilidades na Europa e o bloqueio britânico, o Brasil se viu impossibilitado de manter o comércio promissor com a Alemanha.

Há de se considerar, portanto, que a aliança do Brasil com os Estados Unidos não foi uma surpresa e de maneira alguma fora resultado de improviso. Desde a Conferência de Lima, oito meses antes do início da guerra, o país votava junto aos Estados Unidos pela defesa continental. O gesto se repetiu durante a Conferência do Panamá em 1939, a Conferência de Havana em 1940 e a Conferência do Rio de Janeiro em 1942. Apesar do contraste de opiniões no gabinete de Vargas, o Brasil estava alinhado aos interesses dos Estados Unidos. No fim das contas, as opiniões de Vargas e de seu gabinete no período anterior ao rompimento das relações diplomáticas com o

---

<sup>109</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.14.

Eixo, acelerou as políticas americanas de cooperação com o Brasil, já que o país era aliado essencial para o seu esforço de guerra. Getúlio Vargas entendia a importância que o país tinha durante o conflito e a utilizou no seu poder de barganha. No caso da criação da siderúrgica nacional, por exemplo, fez discursos à favor do Eixo e ameaçou negociar com a *Krupp* se os Estados Unidos não tivessem definido se iam ou não investir no projeto brasileiro.

O Brasil fez parte do lado vitorioso na Segunda Guerra Mundial. É notável o crescimento econômico brasileiro e o seu aumento de influência na América Latina. Através da aliança com os Estados Unidos, o país conseguiu reequipar as suas forças armadas e garantiu a construção da sua siderúrgica nacional. É necessário, portanto, reconhecer o papel desempenhado pela diplomacia brasileira, já que devido a grande capacidade de negociação, conseguiu alcançar os interesses econômicos, materiais e políticos do país. Talvez, durante a participação brasileira no conflito, o governo tenha exagerado na verdadeira importância neste cenário e por isso fracassou no objetivo de alavancar a sua posição internacional e participar do Conselho de Segurança.

Gerson Moura foi categórico ao intitular a sua obra sobre a política externa do Brasil de 1939 a 1942 de “Autonomia na Dependência”. Esse termo explicita a real posição do Brasil antes e durante a guerra. O país teve autonomia para, diante da disputa econômica entre Estados Unidos e Alemanha, se aproveitar do contexto favorável para obter benefícios econômicos. Porém, como o próprio autor diz, esta não era uma autonomia absoluta, pois reproduziu elementos de dominação-subordinação que caracterizam os sistemas de poder<sup>110</sup>. É necessário considerar que todos os acordos firmados entre esses países supunham uma posição de dependência, onde o Brasil assumia o papel de subalterno. Este fato é notável nos dois principais acordos firmados na década de 1930. Com os Estados Unidos, o Brasil reduziu as tarifas brasileiras em troca apenas da manutenção das tarifas norte-americanas<sup>111</sup>. Com a Alemanha, garantiu a exportação de algodão, café, laranja, couro, tabaco e carne enlatada em grandes quantidades, em troca de produtos manufaturados alemães<sup>112</sup>. Havia, portanto, uma assimetria entre os atores desses acordos comerciais.

---

<sup>110</sup> MOURA, 1980, op. cit., p. 44.

<sup>111</sup> MOURA, 1980, op. cit., p. 81.

<sup>112</sup> CPDOC/FGV. Anos de Incerteza (1930-1937). In: A era Vargas dos anos 20 a 1945. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais>> Último acesso em: 10/11/2019.



A dependência brasileira continuou durante a guerra e isso pode ser constatado em momentos distintos. O Brasil cedeu a permissão para os Estados Unidos utilizarem as bases do nordeste porque não conseguiria defendê-lo sozinho. Mesmo assim, teve a capacidade de negociá-la em troca das concessões de seu interesse. No fim da guerra, ao aventar as possibilidades para manter papel ativo nas conversações sobre a organização da paz, não conseguiu o apoio das grandes potências. No fim das contas, apesar do papel dependente do Brasil antes e durante o período da guerra, sua diplomacia demonstrou ter grande capacidade de negociação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes primárias:

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. CPDOC/GV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/ata-da-reuniao-do-conselho-de-seguranca-nacional-sobre-as-medidas-a-serem-tomadas-pelo-brasil-com-vistas-a-guerra-rio-de-janeiro>> Último acesso em 08/11/2019.

ATAS FINAIS DA I e III REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DAS REPÚBLICAS AMERICANAS. 1942. Disponível em: <<https://www.oas.org/consejo/sp/RC/RCactas.asp>> Último acesso em: 09/11/2019.

DISCURSO DE GETÚLIO VARGAS. No limar de uma nova era - discurso pronunciado a bordo do encouraçado Minas Gerais, capitânia da esquadra nacional. 11.6.1940. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/21.pdf/view>> Último acesso no dia 08/11/2019.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ (RJ), 25.2.1942. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Último acesso em: 09/11/2019.

JORNAL DO BRASIL (RJ). 5.9.1939. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Último acesso em 08/11/2019.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1942. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>> Último acesso em: 09/11/2019.

### Bibliografia:

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1973.

CALICCHIO, Vera. Missão Cooke. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/missao-cooke>> Acesso em: 15/10/2009.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UNB, 2002.

FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Editora: Universidade de Brasília, 1999.

FARIAS, Rogério de Souza; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.) ; ALMEIDA, Paulo Roberto de (Org.). *Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro*. Volume 1. Brasília: Funag, 2017.

FONTES, Ângela Maria Mesquita; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina?* Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez. 2006.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1945: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012.

\_\_\_\_\_. Acordos de Washington. Rio de Janeiro: COPDOC, 2019. In: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>> Último acesso em: 09/11/2019.

PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Vol.3. Brasília: FUNAG, 2013.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SILVA, Hélio. *1942: Guerra no Continente*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

## **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

“Eu, Marcos Vinícius Alves dos Santos, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Diplomacia e guerra: relações internacionais do Brasil (1939-45)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.”

Marcos Vinícius Alves dos Santos

Marcos Vinícius Alves dos Santos